



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SETÚBAL

Realizada em 29 de julho de 2020

N.º 5/2020

Aos vinte e nove dias do mês de julho de dois mil e vinte, realizou-se, pelas dezanove horas e trinta minutos, no Fórum Municipal Luisa Todi, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por André Valente Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – André Valente Martins, João Afonso Almeida Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha, Eusébio Manuel Candeias, Diamantino António Caldeira Estanislau, João Manuel Martins da Silva, Nuno Miguel Batista Lopes, Pedro Acácio dos Santos Soares e Manuel Fernando das Neves Rebelo.

Partido Socialista – Vítor Manuel Ramalho Ferreira, Carlos Manuel da Conceição Batista, Maria João Teigas Santos Palma, António Manuel Baptista Dias, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, António Hugo Lindo dos Santos Caracol e Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes.

Partido Social Democrata – Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, António Miguel da Costa Ferreira, Carla Isabel Matos Rodrigues Vilhena e Pedro Miguel Trindade Vieitas Antunes.

Bloco de Esquerda – Vítor Manuel Freitas Rosa e Silvana Cassaca Parreira Paulino.

Pessoas-Animais-Natureza – Maria Suzel Costa de Sousa.

Centro Democrático Social – João Paulo Barros Viegas.

Presidentes de Junta – Celestina Maria Agostinho Brito Neves (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão), Rui Manuel Rosário Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), Nuno Miguel Rodrigues Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).



Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, a Sra. Presidente da Câmara, Maria das Dores Meira, o Sr. Vice-Presidente, Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva, Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Sandra Marina Frota Gomes, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho e Joel Alexandre Neves Marques em substituição do senhor vereador Paulo Alexandre da Cruz Lopes, conforme documentos registados sob os n.ºs 1 e 2, arquivados em pasta anexa à presente ata.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedido de substituição Anita da Conceição Birrento Vilar, Antonieta Maria Saragoça dos Santos, Maria da Graça Santos Andrade, Miguel Jorge de Sena Augusto, Rui Manuel Higinio José e Mário Jorge Pereira Gamito Gomes, conforme documentos registados sob os n.ºs 3 a 8, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedido de substituição, José Luís do Rosário Barão e Filomena dos Anjos Batista Rodrigues Nunes Cunha, conforme documentos registados sob os n.ºs 9 e 10, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição, José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) tendo sido substituído pelo Vogal Tesoureiro Vitor Manuel dos Santos Algarvio, conforme documento registado sob o n.º 11, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Filipe Miguel Fidalgo Narciso, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do CDU, Maria Helena Crispim Pratas, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do CDU, Henrique Pinto Gonçalves, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Manuel Jorge Silva Esteves, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Domingos Moreira Semedo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

d) Faltas

Faltou Rogério da Conceição Palma Rodrigues, da bancada da CDU.



e) Projeto de ata

Não houve.

II – PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Assuntos de interesse relevante e interpelações ao Executivo

Patrícia Paz (PS) – A minha intervenção é um alerta para a situação que se vive presentemente na Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra relativamente às pragas de baratas e ratos. Do que tenho conhecimento, tem sido realizada desinfestações em algumas ruas, mas seria importante, à semelhança do que fazem com a aplicação de herbicida na via pública, informarem os moradores e definir-se um plano concertado, uma vez que me foi transmitido que as desbaratizações ocorrem após queixas dos fregueses, nas suas específicas reclamações. Se ocorre uma intervenção numa determinada rua, as baratas tendencialmente fogem para outra, e quando o vão fazer nessa rua, elas já regressaram à anterior. Pretendia saber em que ponto se encontra as desbaratizações na freguesia?

Alerto ainda para a falta de asseio e limpeza dos arruamentos, passeios com vegetação, assim como deficitária recolha dos monos que chegam a permanecer mais de um mês na via pública. Outra situação mais recente, que solicita um olhar atento por parte do executivo, prende-se com o sistemático depósito de lixo de pneus e outros resíduos, junto aos ecopontos e contentores nas urbanizações da Quinta da Amizade, Vale Ana Gomes e Quinta da Serralheira. Indivíduos com carros e carrinhas deslocam-se às urbanizações, para ali abandonar peças auto e restos de eletrodomésticos. Sendo importante, porque se trata de um crime ambiental, fiscalizar a situação e adotar as devidas medidas para punir os infratores.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Tenho algumas questões para colocar, que nos chegaram de municípios. A primeira tem que ver com a questão das notificações que estão a ser enviadas neste momento para os comerciantes, relativamente às taxas de ocupação da via pública. A Câmara estará a notificar os comerciantes, para que tenham conhecimento que têm que pagar taxas a partir do dia 1 de agosto. Queremos manifestar a nossa preocupação com este facto, uma vez que tendo em atenção a pandemia que ainda estamos a viver, a economia precisa de apoios e de auxílios para que possa continuar a funcionar e é neste ponto que a Câmara pode ajudar, tal como outras Câmaras pelo país fora que continuam a manter essa isenção, era importante que a Câmara de Setúbal pudesse fazer o mesmo. Gostávamos de saber o porquê, de terem notificado neste momento.

Tivemos uma série de chamadas de atenção de municípios relativamente ao equipamento “Skate-Park” que foi inaugurada há pouco tempo, que tem dado origem a um conjunto de problemas noturnos, porque há uma concentração de pessoas e que leva a que haja corridas ilegais de carros na Avenida Europa. Gostava de saber o que é que a Câmara tem pensado sobre isso, nomeadamente sobre o acesso ou não a esse equipamento durante o período noturno, uma vez que isso acaba por ser uma desculpa para haver ali uma concentração de pessoas, até às 4h00 ou 5h00 da manhã.

Carlos Batista (PS) – Gostaríamos de saber se o executivo da Câmara Municipal e ou Parque Natural da Serra da Arrábida deram licenciamento para desmatção que estão a efetuar na Herdade da Comenda, assim como a construção de uma muralha que vem desde a ribeira até à estrada nacional.

Gostaríamos de saber se a intervenção efetuada no exterior da propriedade junto ao portão que dá acesso ao Palácio, ocupando a via pública, também foi autorizada.

Junto ao portão, na parte exterior do jardim, colocaram uns pinos numa curva da estrada, por isso gostaríamos de saber se a Câmara tem informação sobre esse assunto.

O mobiliário urbano situado na Avenida Luísa Todi, junto ao edifício da Águas do Sado, nomeadamente os jogos de água, os golfinhos e o ribeiro estão desde há muito tempo desativados e cada vez mais degradados, inclusive o ribeiro já foi transformado em lixeira. Os equipamentos são património público e o executivo tem obrigação de o conservar. Estamos a falar no local onde a restauração é muito forte e concentra um grande número de visitantes. É uma má imagem que a cidade dá a quem nos visita. Gostava que tivessem em atenção esta questão.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Vou reforçar aquilo que já foi dito pela deputada do Partido Socialista. Tem chegado à nossa bancada várias reclamações relativas à deposição de lixo, monos e entulhos junto aos ecopontos, não só, mas mais grave, nas zonas periféricas da cidade do concelho. Constata-se também o aumento da venda ambulante na via pública, principalmente na Freguesia de São Sebastião, como tal, pedimos à Câmara Municipal que seja reforçada a fiscalização da venda ambulante bem como a deposição de lixos e monos junto aos ecopontos.

Relativamente à recomendação apresentada pelo Partido Social Democrata que fez um ano em junho de 2019, relativa à cobertura dos parques infantis. Esta recomendação foi votada a favor com uma pequena alteração no texto sugerida pela CDU, que versava sobre a realização de um estudo pela Câmara Municipal de Setúbal para a identificação dos parques, onde a colocação dessas coberturas para fazer sombra seriam necessárias. Gostaríamos de saber, passado mais de um ano, quais os resultados desse estudo, quais são os parques onde vão fazer a aplicação dessa cobertura. Porque até ao momento ainda não foi apresentado qualquer tipo de resultados.

Vitor Rosa (BE) – O pedido de esclarecimento reporta-se à entrevista da senhora Presidente ao jornal O Setubalense. Como a senhora Presidente não está, presumo que o senhor Vereador Rabaçal ou o senhor Vice-Presidente Manuel Pisco sejam capazes de responder, nomeadamente quando se diz: “*Recuperámos o bairro Branco da Bela Vista*”. Gostava de saber a que “*bairro branco*” se refere a senhora Presidente? Afirmo também “*Já recuperámos parte do bairro Azul*”. Qual a parte que já está recuperada? Estamos a falar das obras que se realizaram em 2012 com o apoio da Câmara, dos moradores e da Fundação Buehler-Brockhans e desde essa altura não se vislumbra no Bairro do Forte da Bela Vista outras obras de recuperação. Diz também no jornal “*Vamos fazer candidaturas à recuperação final do Forte da Bela Vista*”, o Bairro Azul e o Bairro do Forte da Bela Vista são o mesmo, isto é caricato atendendo a todas as críticas feitas pela senhora Presidente relativamente à minha candidata nas anteriores eleições autárquicas, “*que não conhecia a cidade*”. Para quem faz três mandatos notáveis, também é notável não reconhecer que existe um bairro que é o Forte da Bela Vista e identifica-lo duas vezes.

Em relação ao Forte da Bela Vista a senhora Presidente disse “*queria deixar a habitação social resolvida, o plano local de habitação social para fazer nova habitação em conjunto com a Secretaria de Estado de 1.500 fogos*”. Consultando o site da Câmara constata-se que no dia 24 deste mês, temos 996 candidaturas à habitação nas diferentes tipologias, no entanto, o relatório do IHRU de 2018, relativamente ao município de Setúbal, aponta a existência da necessidade de realojamento de 203 famílias. Gostava que explicassem esta discrepância de valores.

Vou repetir senhor vereador: O relatório do IHRU de 2018 diz “*Relativamente a necessidades de realojamento do concelho de Setúbal, fá-la para 203 famílias*”, no site da Câmara, relativamente a candidaturas a realojamento, dados da semana passada, temos 996 candidaturas. Tentar perceber, porque é que no espaço de curto tempo, de dois anos no máximo, temos esta diferença de números. O que é que está errado, é o IHRU? Há que perceber qual é o critério para se chegar a estes valores.

Gostaria também que o executivo explicasse esta diferença.

Relativamente a esta proposta ou promessa da construção de 1.500 fogos, saber quais os critérios, porque vamos ver esta listagem de candidaturas e temos gente à espera quase há 10 anos para ter habitação.

Quais serão os critérios e qual é o início desta suposta construção de 1.500 fogos?

Suzel Costa (PAN) – Gostaria de saber, para quando a concretização de uma promessa que atravessa vários mandatos, desde 2007, feita à Associação Sobreviver, a primeira associação legalmente constituída em Setúbal. Desde 2003, que a maior associação de proteção animal do município aguarda a cedência de um terreno que lhes foi prometido para construção de um abrigo de animais e a sua subsequente legalização. O abrigo existente é temporário e por isso ilegal há 13 anos, sendo a ordem de despejo iminente, setembro de 2020. Não se compreende assim, nestes tempos que correm, após, nomeadamente o Holocausto de Santo Tirso, a apatia do município face a esta problemática.

Sabendo que a água é um bem escasso e essencial à vida, quando a nível nacional e municipal se exige o seu uso racional e responsável, quando se diz e passo a citar, “*que o gesto que cada um faz toda a diferença na preservação deste recurso hídrico e na gestão otimizada do mesmo*” e o facto de o país apresentar episódios na sua meteorologia cada vez mais frequentes e severos de seca, não podemos deixar de nos mostrar preocupados com a receção da queixa de um morador na Rua das Tílias, na Quinta da Serralheira, que refere que semanalmente ocorrem ruturas na conduta de água e que este é um problema que se arrasta pelo menos há uma dezena de anos, sem solução.

Não temos nada contra a promoção de arte pública, mas com o valor que pagaram pela escultura da “gordinha de bicicleta”, tinha este município implementada a recomendação do PAN, aprovada nesta Assembleia Municipal há 2 anos, respeitante à criação de um sistema de bicicletas partilhadas, com estações em vários locais do município, que decorridos estes anos ainda aguarda a sua implementação.

João Viegas (CDS-PP) – Dar uma saudação especial para o público aqui presente, naquilo que se pretende que seja um regresso à normalidade das assembleias municipais.

Já foi aqui referido uma entrevista da senhora Presidente a um órgão de comunicação social, no entanto pretendia colocar algumas questões relacionadas com uma outra entrevista na “Rádio Observador”. Lamento que a senhora Presidente não esteja aqui presente, mas estou certo que os senhores vereadores também poderão dar essas explicações. Fiquei incomodado com as declarações quando a senhora Presidente coloca nos mais jovens a responsabilidade

pelo aumento do número de infetados no concelho de Setúbal. Gostaria de obter uma resposta concreta, se o executivo tem dados concretos e objetivos que relacionem o aumento de casos no concelho de Setúbal, diretamente com os mais jovens. Essas declarações não foram só proferidas pela senhora Presidente, mas também pelo coordenador da Proteção Civil de Setúbal. Não existindo esses dados concretos e objetivos, entendo que essas afirmações são injustificadas. Pode existir responsabilidades de todos, temos que trabalhar para diminuir o número de infetados, mas atribuir essa responsabilidade aos mais jovens, não me parece o mais correto, até porque os mais jovens não são certamente os responsáveis por muitas das mensagens que ouvimos nos últimos meses, ainda daqueles que falavam do milagre português. É certo que o milagre português rapidamente se transformou em mandar novamente as pessoas para casa. Os mais jovens não são responsáveis pelos discursos que nós ouvimos, *“quando não existe responsabilidade nenhuma e que os transportes públicos, provavelmente até podem voltar a funcionar com a lotação normal”*. Há uma série de incongruências, não da responsabilidade direta da senhora Presidente ou do executivo, mas têm muitas das vezes reforçado aquilo que é a confusão.

Nessa entrevista a senhora Presidente dizia *“que existiu ajuntamentos dos mais jovens em bares que não são bares”*, por isso seria importante perceber se esses bares foram identificados, que estavam a permitir ajuntamentos. Saber se esses bares foram identificados e se foram encerrados?

Também foram dados sinais pelo executivo, nomeadamente com a inauguração do Skate Park. Se a responsabilidade é dos mais jovens, não se percebe a precipitação na inauguração daquele equipamento! A verificar-se esta situação o mesmo teria que ser encerrado. As coisas não batem umas com as outras e seria importante esclarecer.

Em relação à Avenida Antero de Quental, para quem possa não estar a identificar esta avenida é a que fica em frente ao Alegro, existem lombas para reduzir a velocidade dos automóveis. Cada vez é mais frequente que muitos dos automobilistas, inclusive de veículos pesados, em vez de circularem pela via normal circulam pela via paralela, aquela que dá acesso ao estacionamento. Circulam numa zona de estacionamento, a uma velocidade muito superior àquela que deveriam circular.

Saber se já identificaram este problema e se estão a equacionar alguma solução?

Manuel Esteves (PS) – Em Vila Fresca de Azeitão, nas antigas instalações da Rodoviária Nacional está a ser feita uma obra que está a ser ampliada na direção da Estrada Nacional n.º 10. Não questiono a situação de beleza, se está melhor assim ou se estava melhor como estava. A questão é que, as pessoas já andam há muito tempo à espera de saber de quem é aquela obra. Fala-se que a obra é do senhor Comendador José Berardo, acontece que todas as obras que são executadas devem ter um aviso e o nome de alguém para a identificar e aquela obra já está há mais de um ano em execução, está a ampliar dentro do Parque Natural da Arrábida, junto à Estrada Nacional n.º 10 e ainda ninguém se resignou em colocar um aviso de obra, em nome de quem e o que vai sair dali.

Esta é uma das questões que gostava de ter resposta.

O passeio pedonal entre Vendas e Vila Fresca continua por ser executado, a senhora Presidente da Câmara não está presente, mas toda a gente se recorda e está escrito, que já vai fazer quase três anos, que prometeu que iria ser feita essa obra no princípio do ano, já estamos quase a terminar o terceiro ano e essa obra ainda não começou. Sei que tem havido algumas negociações, mas isto não passa de negociações. Continuam as pessoas a andar a pé e em más condições, naquela zona que é um perigo. A senhora Presidente da Junta de Freguesia, que

está aqui presente, pode testemunhar essa situação. Gostávamos que isto tivesse uma resposta mais concreta.

A Câmara tem conhecimento, porque me vieram dizer que foram enviados e-mail para a Câmara, que está a haver uma epidemia e uma invasão de baratas no Choilo, em Vendas de Azeitão, inclusive na minha casa, mas não tem havido desbaratização. Gostávamos que tomassem as devidas providências para que isto não venha a acontecer, porque isto não é nada higiénico.

Gostava de saber qual era o lote de terreno, no loteamento de Brejos de Azeitão, pertencente ao Xavier de Lima, que está destinado ao prometido mercado de Brejos de Azeitão.

Nuno Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) – Sabendo o Bloco de Esquerda da proximidade que o executivo tem com os moradores, os programas que ali se desenvolvem, deu a entender que a senhora Presidente não conhece os bairros, é lamentável! Vindo de uma força política que ainda recentemente chamava Forte da Casa ao Forte da Bela Vista, é lamentável!

Quero saudar o executivo relativamente ao lançamento do projeto que se deu a conhecer recentemente, “A Cidade do Conhecimento”. Sabemos que ainda há um longo caminho pela frente, tendo em conta a natureza e a sua dimensão para colocá-lo no sítio certo. É muito interessante que comece de forma correta, ao chamar quem tenha “know how” para poder ajudar a desenvolver o projeto e quem possa trazer os investimentos necessários para que ele se possa desenvolver.

Do ponto de vista um pouco mais micro, daquilo que são as nossas preocupações na freguesia, saudar um projeto que não descure a questão da requalificação da malha urbana envolvente, e que não descure a questão social que aquele território tanto necessita. É um longo caminho, mas está a começar com os passos certos.

Relativamente à delegação de competências, temos aprovado na Assembleia Municipal e nas Assembleias de Freguesia, diferentes alterações aos instrumentos aprovados inicialmente e isso dá nota de flexibilidade que este tipo de instrumentos devem ter. Sempre em benefício das populações, sempre com o objetivo de resolver de forma mais rápida alguns problemas que existem. Saudar essa disponibilidade, para do ponto de vista político haver um entendimento necessário, para cumprirmos aquilo que é um dos nossos maiores desideratos constitucionais, que é a discussão dos interesses das populações. Neste momento São Sebastião tem sete intervenções, sete obras, algumas de grandes dimensões, e tem a ver com a capacidade instalada que criámos, fruto da delegação de competências e das sucessivas alterações que esses instrumentos têm sofrido, criando condições para que possamos fazer face a estas intervenções.

Carla Vilhena (PPD/PSD) – Um alerta que já tinha dito de forma informal ao senhor Vice-Presidente da Câmara, mas que aqui quero registar o que se passa na “rotunda das piranhas”, na Avenida 22 de Dezembro, aquela que conflui com a rua Mariano de Carvalho e com a Rua Jorge de Sousa. Durante o dia é raro não haver acidentes, porque aquela rotunda está desviada e à noite é alvo de “drifting”, carros que atingem altas velocidades desde a Avenida Rodrigues Manito e vão para ali travar com a maior velocidade possível, contornando a rotunda de lado e por essa razão as pessoas daquela zona não conseguem dormir. Tudo isto acontece entre a meia-noite e as três/quatro da manhã. Para além de ser um perigo público, não sei como é que ainda não se matou ninguém, pois já houve um carro que só parou dentro da rotunda. Durante o dia, porque as pessoas não sabem fazer as rotundas, há sempre batida por trás e todos os dias há um acidente. Aquela rotunda tem duas retas, a Rua Jorge de Sousa com a rua Mariano de

Carvalho e a Avenida 22 de Dezembro. Aquelas duas retas são apelativas para quem gosta de velocidade, este é um alerta que deixo à Câmara.

João Luz (CDU) – A minha intervenção prende-se na sequência da nossa última sessão da Assembleia Municipal, com o facto de estranharmos com a ausência da apresentação de um novo documento, para o período que se segue de votos de moções e saudações ou até mesmo de um pedido de desculpas ao município, porque ficaria bem, por parte da bancada do Partido Socialista. Os municípios deste concelho e autarquias da região foram confrontados com as mais fantasiosas e delirantes afirmações por parte de uma tal Federação Distrital do Partido Socialista, que é liderada por um membro do Governo, um Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais, um tal de António Mendes que aproveitou para cumprimentar e saudar, porque foi recentemente eleito com um valor expressivo, à volta dos 88% dos votos, e aquilo que em alguns casos poderia ser um unanimismo ou até Estalinismo, aqui é certamente um sinónimo de unidade e coesão em torno de um líder.

A questão central prende-se com a afirmação expressa, como se conhecessem o compromisso dos municípios da região, que já manifestaram a sua intenção ao Governo, por diferentes vias, de resolver o problema do amianto nas escolas. Já afirmaram que, independentemente de não ser verdade aquilo que era expresso na saudação que o PS aqui nos apresentou, relativamente à participação a 100%, do valor envolvido na obra, quando já toda a gente percebeu que estamos envoltos num processo de propaganda, em torno de uma matéria que é central e que é fundamental resolver, em que os municípios assumem que estão disponíveis para resolver um problema que é da competência do próprio Governo. Temos na região esta confusão entre o Estado, o Partido e depois com uma Federação Distrital a tecer afirmações que escuso de qualificar, mas que estão a confundir, apreciando os outros com o olhar dos seus próprios critérios de funcionamento. Se há alguém nesta região que tem demonstrado que é um desastre a gerir autarquias, que coloca interesses particulares e coloca os interesses de submissão àquilo que são as orientações do Governo à frente dos interesses das populações, esse alguém é o PS e as suas gestões à frente das autarquias. É fácil ver nos processos de transferência de competências, no processo do novo aeroporto de Lisboa. É este o PS que temos e espanto que neste período não tenha vindo nenhuma referência a esta matéria.

Manuel Fernandes (PS) – Tal como o Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, também trago uma saudação, mas infelizmente não é ao executivo. Trata-se de uma saudação ao acordo alcançado na União Europeia, que foi subscrito por 27 estados, 27 democracias, em que estiveram presentes 27 chefes de Governo, tendo que responder às populações que os elegeram, conseguiram o tempo que fosse necessário para chegarem a um acordo. Porque é que trago este acordo aqui? Este acordo é bastante relevante para a Europa, sobretudo pela forma como foi conseguido. Não foi através de uma reunião bilateral, mas através de um acordo entre todos os países pertencentes da União Europeia e a democracia funcionou. Nem sempre estou de acordo com a União Europeia e tenho feito críticas, mas quando tenho que enaltecer aquilo que é de positivo, principalmente positivo para a nossa terra, deve ser enaltido. É um bom acordo para as Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais que estão extremamente endividadas, que dependem praticamente e exclusivamente dos Fundos Comunitários, tal como é o caso da Câmara de Setúbal, que para fazer obra estruturante sem a participação dos Fundos Europeus, não fazia coisa alguma. No último mandato que terminou, estaria pura e simplesmente parado. Este fundo que foi subscrito por 27 Estados,

volta a trazer “respiração” à Câmara de Setúbal. Esta Câmara que tanto precisa daquela verba e de outras verbas do Orçamento de Estado, como tem precisado até aqui para fazer qualquer tipo de obra, inclusivamente obras no valor de 25 mil euros, têm participação da União Europeia, este fundo e este acordo têm que ter uma saudação especial nesta Assembleia Municipal. Aquele acordo foi subscrito pelos principais responsáveis pela política local e política regional da União Europeia. Basta salientar o facto de que esperamos que esse dinheiro seja bem empregue, seja quem for que dirija os destinos, quer desta autarquia quer das outras e que desta vez seja feito em prol das populações.

António Caracol (PS) – Como todos sabemos, o Governo mobilizou fundos para a questão deste assunto bastante importante, que é o amianto nas escolas. Essa colaboração foi solicitada aos municípios por estarem mais próximos e de uma forma mais eficiente e eficaz resolver essa situação, e como tal propôs um acordo que foi conhecido. Esse acordo poderá ter suscitado algumas dúvidas na interpretação, o que é natural. O próprio vosso camarada e Presidente da Câmara de Loures, na TSF colocou algumas das questões, estava equivocado e precisava de esclarecimentos. Ao que parece ele foi esclarecido o suficiente para ir a essa cerimónia de assinatura desse mesmo acordo e sentiu-se confortável com isso, assim como outros municípios que estavam empenhados em resolver essa questão de uma vez por todas. Não percebo a arruaça que hoje suscitou nas redes sociais, em algumas páginas institucionais, usando uma linguagem e injurias pouco próprias de um edil, com coisas que não são verdade. Posso-vos dizer de fonte segura que até à saída desse comunicado por parte do Partido Socialista, tanto o gabinete do Ministério da Educação como do gabinete da Coesão, quem participou e organizou essa mesma cerimónia, a única informação ou pedido de esclarecimentos apenas informal, foi de um vereador da Câmara Municipal de Setúbal à DGEST, dizendo que não concordava (é o que está no vosso comunicado) com os termos do acordo. Não compreende uma vez que faz hoje exatamente um mês, que no Setubalense saiu o grande artigo a dizer “*Se o Governo não resolver, a Câmara resolve a questão do amianto*”, depois de já saberem que a situação estava mais do que resolvida e protocolada com quem quisesse fazê-lo. Daí o meu espanto em perceber toda esta confusão que se gerou à volta de uma situação. A Câmara não manifestou que iria participar, que queria resolver essa questão, não foi à cerimónia, como alguns camaradas do Partido Comunista, com responsabilidade, o fizeram. Não percebo muito bem, porque só agora este alarido? Primeiro fizeram o “show off” de, “*se não resolverem eu resolvo*”, mas depois quando são chamados para participar, como são do contra, não dizem que não, nem que sim, apenas se afastam da solução e não manifestam qualquer palavra para quem organizou e estava empenhado em resolver verdadeiramente o problema, mas depois reagem com um comunicado responsável pelo Partido Socialista. O Partido Socialista não confunde cargos, não confunde o que é o Governo e o que é o partido e usa os meios de comunicação devidos, isso poderá acontecer noutros partidos. O Partido Socialista comunicou nas suas páginas do Partido Socialista, não usa outras páginas para atacar o Partido Comunista ou outras forças partidárias.

João Luz (CDU) – Com esta última intervenção confirmamos a nossa perspetiva, o problema está na cerimónia, o problema não está no facto de o município ter confirmado, ter dito e assumido o compromisso de resolver o problema. A questão do Partido Socialista e da sua Federação Distrital é a cerimónia. O problema que está aqui é a propaganda que o Partido Socialista quer fazer à volta disto, não pagando aquilo que tem que pagar para garantir os tais 100%, dos custos das obras, atirando para cima das autarquias a responsabilidade de resolver

um problema que é dos governos, mas depois o problema e o incómodo do Partido Socialista é com a cerimónia. Estamos esclarecidos!

António Caracol (PS) – Foi falha minha, porque esqueci-me de abordar a questão da propaganda, achei que não deveria ser necessário, já que o senhor deputado a aborda. Se acha que um ato solene, de um acordo desta importância é propaganda e convida os outros parceiros a estar e a colaborar, algumas das iniciativas que o município de Setúbal faz, o que é que poderia chamar?

b) Intervenção do Executivo

Vice-Presidente da Câmara – Quanto aos ratos e baratas em Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, não há de ser certamente privilégio da Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra haverá ratos e baratas em todo o território do município, é um problema de Verão em todo o país, é um problema de certos verões, há verões que são mais propícios ao aparecimento destes insetos. Nós procurámos controlar as pragas, ainda pedimos parecer ao PAN, porque não sabemos o que haveremos de fazer, vamos tentando controlar as pragas.

Quanto aos resíduos junto dos contentores na Quinta da Amizade, várias referências foram feitas aos monos existentes. É uma verdade, não há alteração do nosso serviço, é uma questão de educação ambiental. Temos que retomar algumas campanhas de educação ambiental, porque tem-se verificado que junto a contentores e ecopontos tem aparecido alguma acumulação de resíduos e de monos. As Juntas e a Câmara estão em consonância para a sua resolução, no entanto, muito obrigado pela sua atenção, mas o problema já estava identificado. As taxas de ocupação da via pública, colocadas pelo senhor deputado Paulo Calado. A questão é muito simples, nós que tínhamos uma deliberação que era até 31 de julho, a isenção destas taxas, como vocês poderão ver, se circularem na cidade aos dias da semana e aos fins de semana, a maior parte da ocupação de via pública são as esplanadas da restauração. A restauração está a recuperar bem, é um dos setores em que tivemos a sorte de ver uma rápida recuperação e Setúbal tem a restauração quase completa, tendo em conta os distanciamentos maiores que é preciso ter na ocupação das mesas. Não se levantou nenhuma questão no setor hoteleiro ou noutros setores que levassem a ponderar um apoio especial em prolongamento das taxas. Não há razão para isso, nós não podemos levantar a bandeira “da ajudinha”, não é por aí e felizmente a restauração não colocou esse problema e é por essa razão a suspensão foi até ao dia 31 de julho.

Quanto à questão do “Skate-park” no Parque da Algodeia e aquelas corridas noturnas. Estão a ser dirigidas à Câmara um conjunto de questões, que são de ordem pública e nós não temos Polícia Municipal. A PSP é que tem que intervir e se os moradores são incomodados têm naturalmente que fazer as suas queixas. A Câmara com a relação institucional que tem com a PSP chamará à atenção dessa situação. É uma questão de ordem pública, não é uma questão que possa a Câmara colocar junto do “Skate-park” ou colocar ao pé da “rotunda das piranhas”. Registei esse nome de “rotunda das piranhas”, no entanto, pareceu-me um pouco pirosa a expressão, mas cada um chama-lhe o nome que gosta. Não vamos colocar lombas nas rotundas, não vamos controlar algumas atividades mais aventureiras, que fazem barulho e que causa um risco, mas iremos apelar às forças da ordem pública, que é a PSP. A Câmara fá-lo-á, mas os moradores que são incomodados também o terão que fazer, porque é preciso insistência na PSP, que normalmente ocorre quando é chamada.

A questão do senhor deputado Batista relativamente ao Palácio da Comenda, o muro e outras intervenções estão embargados, os proprietários colocaram uma providência cautelar contra o embargo, pediram reuniões insistentemente, agora já têm urgência e já querem tratar de tudo, nomeadamente até à ocupação do espaço em que a Câmara decidiu avançar com a expropriação, que é o caso do Parque da Comenda e da faixa de terreno junto à praia de Albarquel para a utilização de estacionamento. Estão neste momento a ser pedidas com muita urgência reuniões com a Câmara para resolver os embargos que existem.

Quanto à questão que o senhor deputado Vieitas do PSD expôs na Quinta da Amizade, colocou outra vez a questão dos ecopontos, mas também a questão da venda ambulante na via pública. Perto da Quinta da Amizade, na Estrada Nacional n.º 10 fizemos há pouco tempo uma operação pesada de limpeza, de uma situação de vendas ilegais de automóveis de stands que já estava encrostado há uma quantidade de anos. Há um combate de fiscalização municipal contra esta venda ambulante ilegal, em ocupação ilegal de terrenos ou espaço da via pública. Julgo que não há assim muitas queixas particulares em relação aos inconvenientes desta venda na via pública. Veja lá o senhor deputado Vieitas, se isso não será uma daquelas situações de condescendência de alguém que está a desenrascar a vida. Será isso? Vamos ver se é só na Quinta da Amizade!

Quanto à recomendação para o estudo das coberturas dos parques infantis, não lhe sei dizer grande coisa, se o estudo está ou não atribuído, mas sei que a Câmara tem uma gestão de conservação e manutenção dos parques infantis, posso procurar a informação e quando tiver uma informação concreta sobre esse processo, pedirei para ser entregue à Mesa da Assembleia.

Quanto à questão do senhor Vítor Rosa, aquele conjunto de questões “*de quem conhece os bairros e de quem não conhece os bairros, se são brancos, se são azuis ou são amarelos*”, passo a questão ao senhor vereador Carlos Rabaçal, porque ele tem boa parte do seu tempo ocupada com a gestão desses casos.

Quanto à questão da Associação Sobreviver levantada pela senhora Suzel Costa. Não prometemos há muitos anos coisa nenhuma, o que prometemos sempre é procurar encontrar uma solução. Chegámos ao ponto em que encontramos um terreno, mas depois se verificou que era muito inconveniente, porque de acordo com a Associação era demasiado próximo do cemitério, mas para substituição dessa solução não temos terrenos disponíveis para dar. Em substituição disso estamos a fazer um investimento muito grande, uma ampliação muito significativa, como deve saber, no canil e gatil municipal. Estamos a tentar acompanhar para que não aconteça aqui uma acusação ministerial ou do primeiro-ministro assim tão grave, como aquela que aconteceu aquele massacre em Santo Tirso. Não venham dizer que é por falta de veterinária municipal, não venham dizer que é por falta de instalações, porque na realidade estamos a ampliar bastante. Quanto à questão de a Associação Sobrevive ficar despejada, é uma questão que é mais ou menos permanente, estão constantemente a serem ameaçados para serem despejados, mas felizmente nunca foram.

Quanto à questão da despesa com a estátua da rapariga da bicicleta, que dava para as bicicletas partilhadas para o sistema, só apelava aos seus dotes de economia doméstica para nos ensinar como é que fazíamos um sistema de bicicletas partilhadas, com o custo daquela estatueta. Parece-me que não, mas se isso fosse possível gostava que nos desse algumas lições para arranjar maneira de fazer tão barato um sistema de bicicletas partilhadas. Não são coisas comparáveis, são coisas de áreas diferentes, não é maneira de fazer crítica a uma intervenção de arte pública.

O senhor deputado João Viegas falou das pessoas mais jovens e da sua responsabilidade. A expressão que vêm numa entrevista num jornal, tem muito que ver com a forma como é redigida, com as expressões que são entendidas e as expressões que são ditas. Todos sabemos como é que estas entrevistas, numa imprensa que é mais local, às vezes têm expressões deslocadas, uma vírgula ao lado, palavra mal percebida, etc.. Não estou como advogado de defesa da senhora Presidente, porque ela não precisa disso, no entanto garanto-lhe que ela não culpou os jovens, a Proteção Civil não culpou os jovens, o que temos é um cuidado com os jovens e isso é que tem sido expresso. Está-se a verificar situações em que os jovens estão a adquirir hábitos de ajuntamento, mas não é só aqui também é nos outros lados. Em pleno período de recolhimento da pandemia assisti em muitos jardins desta cidade e em parques de estacionamento, grupos de 15/20 jovens conversando à volta de umas cervejas. Esse fenómeno é uma reação natural ao isolamento e chama-se a atenção de que isso pode ser uma situação perigosa em primeiro lugar para os próprios jovens, não se está a culpar os jovens de coisa nenhuma. A vossa interpretação está errada, nem está dito isso na entrevista, nem a Proteção Civil o referiu. Há que ter cuidado e há que aconselhar mais e isso é um apelo às famílias *“aconselhem por favor os jovens a não andarem em agrupamentos e não fazerem este tipo de ajuntamentos”*, porque se é assim nos transportes públicos, é assim em qualquer ajuntamento, é por essa razão que estamos aqui separados, se estivessem aqui os jovens o risco era o mesmo. Isto não é nenhuma invetiva aos jovens, é um apelo à responsabilização quer dos próprios, quer das famílias, para que não se criem situações que podem ser propensas à propagação da pandemia. Fazer política com isto não é bonito!

Quanto às lombas na Av. Antero de Quental, tendo como alternativa a via do estacionamento. Passo frequentemente naquela zona e nunca dei por essa alternativa e com essa grande velocidade na via de estacionamento. Vamos colocar lombas em toda a cidade? Vamos lá ver se isso é um problema, que até agora ainda não detetei, mas não quer dizer que não seja verdade, por isso iremos alertar o serviço de trânsito para ver se isso realmente se verifica.

Quanto ao senhor Manuel Esteves, já não sei o que é que lhe hei de dizer, o passeio de Vendas e de Vila Fresca, vem sendo prometido, as coisas não se fazem logo, a Junta de Freguesia tem responsabilidades de uma parte e já foi negociado com a Câmara que as tarefas seriam divididas. O senhor Manuel Esteves vai ter que ter um bocadinho de paciência até ser feita a obra. É só mais uma oportunidade para vir aqui prestar declarações, o que também não lhe fica mal, na verdade sempre tem tema para trazer às sessões da Assembleia Municipal.

Quanto à referência feita pelo Presidente da Junta de Freguesia São Sebastião, Nuno Costa, como é dos nossos vocês desvalorizam, mas é uma referência muito importante a que o senhor Presidente da Junta de São Sebastião vem a agradecer. Esta apresentação da “Cidade do Conhecimento” foi feita na Câmara Municipal recentemente, é uma iniciativa que está perfeitamente enquadrada com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável e que está em vigor na nossa cidade há quatro anos, tendo um conjunto de intervenções em todas as infraestruturas, como é o exemplo da estação intermodal, a criação das ciclovias, a construção do Parque da Várzea, a criação de rotundas para eliminar semáforos.

Presidente da Mesa – Agradecia que terminasse a sua intervenção, porque já ultrapassou o seu tempo.

Vice-Presidente da Câmara – Vou já terminar senhor Presidente, mas os desafios são tantos! São questões colocadas ao executivo e o executivo não é mal-educado, não gosta de deixar as coisas sem resposta, mas mais rapidamente também é difícil, até estou a tentar falar depressa.

Quanto à “Cidade do Conhecimento”, não haverá falta de oportunidade para continuarmos a debater, porque está-se a iniciar o caminho, este sim, é um investimento integrado que vai dar uma mudança de paradigma a esta cidade, à região e ao país. Setúbal não é caso único vai haver mais situações e havemos de discutir.

Só uma palavra quanto às questões do senhor líder da distrital do Partido Socialista, Dr. António Mendes.

Presidente da Mesa – Senhor Vice-Presidente, peço desculpa, mas já ultrapassou o seu tempo e já não dá para fazer essas considerações.

Vice-Presidente da Câmara – Nunca tinha visto ninguém confundir tantos cargos partidários com os cargos políticos e parece que o toque foi acusado.

Solicitava ao senhor Presidente mais um minuto ou dois para as questões da habitação que são muito importantes, que devem ser tocadas pelo senhor Vereador Carlos Rabaçal.

Presidente da Mesa – Senhor Vice-Presidente, não é possível, porque temos regras de funcionamento na Assembleia Municipal, as quais têm que ser cumpridas. A Câmara ultrapassou bastante o tempo que lhe está destinado.

Se a bancada da CDU cede cinco minutos ao executivo, agradeço ao senhor Vereador Carlos Rabaçal que seja rápido na sua intervenção.

Vereador Carlos Rabaçal – Relativamente ao amianto nas escolas. Despachei na semana passada a cobertura de Aranguez, a cobertura de Azeitão e a cobertura de Dom Manuel Martins, para desenvolvimento de processo e execução. Mais empenhamento do que isto, é difícil!

Em relação às questões do COVID. Hoje houve uma reunião da Comissão Distrital do COVID e de acordo com o balanço que fez para o distrito e em particular para Setúbal, a pandemia está controlada, esta é a opinião da saúde pública. Temos neste momento no município de Setúbal 302 infetados, dos quais apenas 80 ativos e 214 recuperados.

Em relação aos bairros, o senhor deputado municipal tem uma grande confusão na sua cabeça sobre esta matéria. Esta matéria também é confusa e se não for estudada de forma séria, é difícil obter uma ideia clara. Em relação ao que disse a senhora Presidente é obviamente uma interpretação estranha do jornalista. A senhora Presidente não trata os bairros por aquela nomenclatura, é uma conversa que não faz sentido estar a insistir. O recenseamento que o senhor deputado referiu, dos cerca de 200 fogos necessários, que já falei várias vezes nesta Assembleia, resultou do levantamento errado da estrutura nacional do IHRU e do Governo, que pediu aos municípios o recenseamento para as intervenções urbanísticas e casas abarracadas, mas não pediu as necessidades de habitação, que na altura já rondavam os 1.000 fogos. Neste momento temos 996 casos confirmados e temos muitos outros pedidos que estamos a tratar. Não há nenhuma contradição entre uma coisa e outra, há um pedido que deu origem a 26 mil necessidades de habitação, que é uma estupidez completa e que o Governo propagandeou amplamente e disse que iria resolver, mas até à data ainda não fez uma única casa e esqueceu-se de perguntar as necessidades de habitação, para além da necessidade de resolver as barracas e resolver situações de ruínas urbanísticas, etc., por essa razão existe a diferença de tratamento. Quando se fizer um levantamento a sério, certamente que serão necessários cerca de 150 mil ou 200 mil fogos e não os tais 26 mil fogos que eles registaram.

Em relação aos nossos bairros, já dei uma nota sobre isto na Comissão de Urbanismo da Assembleia Municipal. No território do IHRU temos uma capacidade construtiva global ainda de mais de 4.000 fogos, estão infraestruturados terrenos que podem dar origem a cerca de 1.500 fogos e estamos a discutir com o IHRU, para saber quais são os fogos que se constroem. Fizemos a nossa estratégia local de habitação, que está pronta, mas depois o IHRU disse que era bom ter projetos concretos agregados, por isso estamos a aguardar a resolução desse projeto concreto. O Governo faz habitação acessível, aquela que fica 20% abaixo do valor do mercado, não faz habitação de renda apoiada. Para os pobres dos pobres ou faz o município ou fazem entidades do terceiro setor, caso contrário não haverá. Andamos à procura de uma solução com entidades do terceiro setor para podermos fazer renda apoiada, além da renda acessível que o Governo entende que é possível fazer aqui em Setúbal. Estamos a negociar para setembro, que em princípio virá à Assembleia Municipal, a Estratégia Local de Habitação, com os projetos devidamente fechados. Não há nenhuma confusão especial sobre esta matéria, há uma leitura cruzada de dados, de quem não domina a matéria e fica baralhado, como é natural! A política de habitação com a nova geração às políticas de habitação é para baralhar e não para fazer, serve para transferir as verbas que deviam ser investimento do Estado Central para as Autarquias, serve para conter esse investimento com a Estratégia Local de Habitação e serve para fazer propaganda como agora foi outra vez feito pelo ministro, ao ter dito que irão ser criados cerca de 18 mil fogos daquilo que são equipamentos públicos, mas como ainda vão fazê-los, ao que parece temos mais uma jogada de propaganda em cima da mesa. Temos uma situação em que somos vítimas, que é o facto de haver uma Lei de Bases que define uma estratégia de trabalho e termos uma nova geração de política de habitação, que é anterior à Lei de Bases, que não acompanha a Lei de Bases, contraria a Lei de Bases e que deixa uma confusão que ninguém se entende. No meio desta confusão todos os municípios estão a tentar navegar e a encontrar um caminho qualquer para resolver o problema da construção de nova habitação e responder às necessidades de habitação dos nossos munícipes.

Manuel Esteves (PS) – Uma vez que não houve resposta às questões que coloquei sobre a obra que está a ser ampliada nas antigas instalações da rodoviária, assim como nos Brejos de Azeitão, o loteamento já está na fase de finalização e não se sabe qual é o local ou o número do lote em que a Câmara destinou para ser feito o Mercado Municipal dos Brejos de Azeitão, gostava que me respondessem por escrito para a bancada do PS.

c) Saudações, Votos e Moções

Presidente da Mesa – Vou colocar à discussão e apreciação de acordo com a ordem de entrada nos serviços da Assembleia.

Começamos pela recomendação apresentada pela bancada do PAN: “*Pela melhoria das respostas de bem-estar e proteção animal no Município de Setúbal*”, conforme documento registado sob o n.º 12, arquivado em pasta anexa à presente ata.

“RECOMENDAÇÃO

Pela melhoria das respostas de bem-estar e proteção animal no Município de Setúbal

Entrou em vigor a 25 de Junho, o Despacho n.º 6615/2020 que “autoriza a transferência do montante de 500 000 EUR, proveniente da dotação de receitas de impostos do orçamento de funcionamento da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), para apoiar os

centros de recolha oficial de animais (CRO) nos processos de esterilização de cães e gatos de companhia e a transferência do montante de 150 000 EUR para a realização de ações de sensibilização da população para os benefícios da esterilização de animais não destinados à criação.” Sendo que são atribuídos 15 000 euros por município e compete às Câmaras municipais quais os animais que podem beneficiar dos apoios (animais detidos no CROAC, animais de municípios carenciados, animais errantes - Programa CED, ou animais recolhidos por associações de proteção animal).

A Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, que aprovou o orçamento suplementar, vem facilitar o reforço da resposta das autarquias em políticas de bem-estar e proteção animal no âmbito da resposta à Covid-19. No n.º 4 do artigo 311 (Centros de recolha oficial de animais, apoio à esterilização e à promoção do bem-estar animal), pode ler-se:

• *“Em 2020, o Governo autoriza a administração local a incluir nas verbas atribuídas aos centros de recolha oficial as despesas referentes a programas de bem-estar animal e medidas excecionais de combate aos efeitos da pandemia da doença COVID-19, que assegurem nomeadamente:*

a) O acesso a cuidados de bem-estar animal, designadamente alimentação e abrigo, e o acesso gratuito ou a custo acessível a consultas e tratamentos médico-veterinários, entre outros, vacinação, desparasitação e esterilização, prestados a animais cujos detentores sejam pessoas em situação de insuficiência económica, em situação de sem abrigo ou pessoas idosas com dificuldades de locomoção;

b) O estabelecimento, sempre que se revele necessário, de parcerias com as associações zoófilas locais ou organizações equiparadas para articulação e cabal satisfação das necessidades referidas na alínea anterior.”

Considerando que:

• *Relativamente à campanha de 2018, dos 15 mil euros disponíveis só 4.990,00 mil euros 33,27 % do valor total, foram gastos. No que respeita ao ano de 2019, e no âmbito do Despacho 2301/2019, a DGAV ainda não disponibilizou os montantes utilizados pelas câmaras municipais, mas tendo como referência os relatórios de atividades do município de Setúbal de 2019 o valor total de 15 mil euros não terá sido atingido.*

• *O prazo de vigência do despacho n.º 6615/2020 vai até 30 de novembro de 2020 ou quando o valor acumulado dos pedidos de apoio ultrapasse o montante global disponível.*

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal, na sua reunião extraordinária de 29 de julho de 2020, delibera recomendar à Câmara Municipal de Setúbal que:

Esgote todas as ferramentas contempladas no orçamento suplementar e colocadas ao dispor da administração local no âmbito das respostas de bem-estar e proteção animal, em particular, na vertente de esterilização como na de promoção de campanhas de sensibilização de esterilização de animais de companhia.”

Não havendo intervenções a Recomendação foi reprovada por maioria e em minuta, com 18 votos contra da CDU, 11 votos a favor, 8 do PS, 2 do BE e 1 do PAN, e 3 abstenções, 2 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP.

João Luz (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A bancada da CDU decidiu votar contra esta recomendação por uma única questão. Entendemos que não deve a Assembleia recomendar à Câmara que se esgotem todas as ferramentas. Não temos nada contra a utilização das ferramentas, mas daquelas que são adequadas e necessárias à resolução dos problemas. Esta expressão vaga, em que cabe tudo e não cabe nada, de esgotar por esgotar as ferramentas que estão disponíveis, parece-nos que não é adequada.”*

Presidente da Mesa – Temos uma outra recomendação apresentada pela bancada do PAN: “Extensão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Setúbal a Animais de Companhia, Pecuária e selvagens”, conforme documento registado sob o n.º 13, arquivado em pasta anexa à presente ata.

“RECOMENDAÇÃO

Extensão do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Setúbal a Animais de Companhia, Pecuária e selvagens

Desde sempre que vários fenómenos naturais e antrópicos colocaram em risco várias espécies incluindo a nossa. Milhões de vidas são perdidas todos os anos no planeta devido a algum fenómeno de catástrofe ou calamidade que provoca enorme destruição.

A 1 de novembro de 1755 Portugal sentiu o maior e mais destrutivo terramoto que se conhece. O abalo de magnitude 8,75 na escala de Richter, fez entre cerca de 80 mil vítimas humanas. Várias zonas do país, em particular Lisboa e Setúbal, foram brutalmente afetadas pelo terrível terramoto, cujo nível de destruição foi muito elevado, e ao efeito conjugado do sismo, incêndios urbanos e tsunamis. A questão do Litoral português e, em particular, da zona ribeirinha de Setúbal, voltar a ser atingido por um sismo seguido de tsunami é uma realidade concreta, que coloca em perigo não apenas pessoas e bens, mas também animais, sejam eles considerados de companhia, de pecuária ou selvagens.

Mais recentemente, em 2017, na sequência dos fogos em Pedrógão Grande e mais tarde na região centro, morreram mais de 500 mil animais. Em 2018, em Monchique, num incêndio que alastrou aos concelhos de Portimão, Odemira e Silves, morreram mais de 1.500 animais de pecuária, perto de 100 animais de companhia e um número incalculável de animais selvagens.

No dia 18 de julho de 2020, em Santo Tirso, um incêndio atingiu dois abrigos de animais ilegais e sem quaisquer condições de saúde e bem-estar animal, estimando-se que morreram mais de uma centena de animais de companhia. Este é, portanto, o capítulo mais recente do extenso histórico de acontecimentos trágicos a envolver animais em situações de catástrofe, sendo que neste caso em concreto a par da recorrente incapacidade do Estado no que toca à prevenção contra incêndios acresce ainda a descoordenação na capacidade de resposta em situação de auxílio e salvamento pelas entidades competentes. Neste processo, muitas pessoas, associações de proteção animal e até profissionais de primeiros socorros e saúde médico veterinária deslocaram-se ao local para ajudar a salvar aos animais e esta possibilidade foi-lhes completamente vedada, tendo permanecido no local horas a fio até que finalmente várias pessoas entraram nos abrigos e começaram a resgatar os animais.

O Município de Setúbal tem, e muito bem, um PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL DE Setúbal – (PMEPC). A análise de risco elaborada para o PMEPC identificou entre riscos naturais e antropogénicos fenómenos que vão desde: Cheias e inundações, Tsunamis, Sismos, Acidente com transporte marítimo e probabilidade de ocorrência de um derrame com consequências graves para os ecossistemas marinhos e terrestres, incêndios florestais, presença de várias indústrias com potencial para provocar acidentes graves de grande espectro, com origem no armazenamento e transporte de matérias perigosas. No entanto impõe-se a atualização do Plano (2014) para que responda às novas necessidades e consciências de bem-estar animal decorrentes da nova legislação e avanço civilizacional.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal, na sua reunião extraordinária de 29 de julho de 2020, delibera recomendar à Câmara Municipal de Setúbal que:

1) Que se proceda ao levantamento sumário das características do município relacionadas com os parâmetros necessários para a implementação no seu Plano de Emergência a inclusão de animais:

- a) de companhia;*
- b) selvagens;*
- c) de pecuária.*

2) Tendo em conta o levantamento que se estenda o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Setúbal a animais:

- a) de companhia;*
- b) selvagens;*
- c) de pecuária.*

3) A integração de médicos-veterinários municipais e/ ou ao serviço do município como agentes de proteção civil, criando para tal equipas de salvação e resgate animal que permitam uma resposta em tempo útil;

A Criação de uma Unidade Municipal de Salvação e Resgate Animal, composta por médicos veterinários municipais e/ou ao serviço do município e representantes de associações zoófilas do município, de modo a permitir uma atuação localizada no resgate, socorro e assistência a animais em áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe.”

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Gostaríamos de saber se a integração de médicos-veterinários ao serviço do município ou sejam eles municipais, como agentes de proteção civil, se está previsto em algum lado ou se é possível?

Pensamos que a criação de uma unidade municipal de salvação e resgate animal composta por médicos-veterinários, com representantes de associações zoófilas, levanta-nos algumas questões de operacionalidade e se isto for para debater com alguma seriedade gostaríamos que baixasse à comissão.

Há pouco, ouvi a senhora deputada Suzel Costa dizer o “*Holocausto que se passou*”. Não se esqueça senhora deputada, estamos a falar de 100 animais, mas em 2017 morreram mais de 100 pessoas e isso para mim é que é um verdadeiro “*Holocausto*”, é a perda de vidas humanas! Este ano já perdemos vidas humanas nos combates aos incêndios e infelizmente não ouvi a senhora deputada dizer que era um “*Holocausto*”!

João Luz (CDU) – A bancada da CDU tem um conjunto de questões relativas à própria aceitação desta recomendação. Mais uma vez o PAN traz para discussão uma recomendação, que é simultaneamente recomendação e proposta e as propostas são discutidas na ordem de trabalhos por iniciativa de qualquer bancada desta Assembleia Municipal, não são discutidas no Período de Antes da Ordem do Dia enquanto recomendações. Uma coisa será recomendar à Câmara Municipal que o Plano de Emergência e Proteção Civil tenha em consideração as questões da proteção animal. Dizer que tem que fazer o levantamento, que se estenda o Plano Municipal de Emergência a animais de companhia, selvagem e pecuária, que têm que integrar médicos-veterinários como agentes de proteção civil, que têm que criar uma unidade municipal de salvação e resgate animal, isto são propostas! Lamento que o PAN continue sem perceber o funcionamento da Assembleia e a confundir propostas de recomendação com propostas a serem integradas na Ordem de Trabalhos. Andamos há muito tempo sistematicamente a apreciar propostas deste tipo e entendemos que esta recomendação não está em condições de ser apreciada pela Assembleia Municipal.

Vitor Ferreira (PS) – Vamos acompanhar esta argumentação que a CDU nos apresenta e também vamos dizer que a utilização do termo “*Holocausto*”, lembrando aquilo que costumamos chamar de “*Holocausto*” que às vezes arrepia, mas como os animais são nossos amigos, propomos que haja algum trabalho de reflexão e que hoje não se vote, uma vez, que foram levantadas algumas questões de carácter técnico e também para percebermos aquilo que é a reformulação da recomendação e perceber se efetivamente é uma recomendação se uma proposta. Estamos disponíveis para trabalhar no documento em sede de comissão ou noutra sede que se entenda apropriada, mas hoje temos alguma dificuldade em votar o documento precisamente por aquilo que foi dito pela CDU.

Suzel Costa (PAN) – A primeira resposta será para o deputado João Afonso Luz que reiteradamente diz que a deputada do PAN não percebe o funcionamento desta Assembleia, mas a deputada do PAN nesta Assembleia Municipal sabe que noutras Assembleias Municipais ao longo deste país, esta recomendação também tem sido apresentada. Temos que ir todos aprender com o deputado João Afonso Luz!

O que esta recomendação fala e o que nos traz aqui, deixando de lado o termo “*Holocausto*” e passando a “*Massacre*”, porque foi um incêndio de grandes proporções, que permitiu a morte de animais, porque não se conseguiu salvar, porque ninguém sabia quantos animais lá estavam. Uma das propostas que aqui estava, era o levantamento sumário. Quem consegue proteger, quem consegue ajudar, se não sabe o que é que existe?

Ninguém aqui sabe quantos animais têm as associações e as explorações pecuárias, em caso de incêndios graves, como os que ocorreram em Santo Tirso e em Monchique!

Não há ninguém que os vá socorrer, porque a Proteção Civil, como diz o deputado Pedro do PSD, está mais vocacionada atualmente para a proteção das vidas humanas. É um facto, nós não queremos que deixem de proteger as vidas humanas, queremos é também que quem se preocupa com as vidas dos animais, em vez de estarem em casa no “*Facebook*” a ver morrer, devem ajudar de forma coordenada e em colaboração com os veterinários municipais.

Presidente da Mesa – A Mesa apresentou esta recomendação, porque entendeu que a senhora deputada do PAN apresentou no sentido de considerar uma recomendação. Independentemente da interpretação que a Mesa possa ter sobre as questões em causa, se foi esse o entendimento da senhora deputada, a Mesa aceitou esta recomendação e todas as questões que estão expressas como recomendação.

O senhor deputado João Afonso Luz questionou no sentido de saber de deveria ser agora apreciada e votada pela Assembleia, também o senhor deputado Vitor Ferreira levantou a hipótese de a recomendação baixar a uma comissão. Gostaria de saber se os senhores deputados estão de acordo maioritariamente nesse sentido e o que é que a senhora deputada Suzel Costa tem a dizer sobre o assunto, pelo que se deve pronunciar.

Suzel Costa (PAN) – Sabendo que este tema é complexo e que levanta, também, aqui algumas questões a que nem todos os deputados presentes nesta sala estão familiarizados, não me choca, de modo algum, que esta recomendação baixe à comissão para ser melhor apreciada ou reformulada.

Não havendo mais intervenções a recomendação foi posta a votação para baixar à comissão e foi aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 19 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN e 1 de AC, e uma abstenção do CDS-PP.



Presidente da Mesa – Temos mais uma saudação apresentada pela bancada da CDU: Saudação ao jornal “O Setubalense”, conforme documento registado sob o n.º 14, arquivado em pasta anexa à presente ata.

**“SAUDAÇÃO
ao jornal O Setubalense**

Publicado pela primeira vez a 1 de julho de 1855, no seu 165.º aniversário, o jornal “O Setubalense” oferece-nos três publicações de enorme interesse, que nos transportam no tempo por alguns dos momentos mais marcantes da (sua e nossa) História. Aqui encontramos tempos de progresso e de regressão, de guerra e de paz, regimes que se ergueram e consolidaram, outros que caíram, outras pestes que dizimaram milhares e desenvolvimentos científicos que nos levaram mais longe do que sonhávamos ir.

Por aqui, e pelos 165 anos de publicação, com uma ou outra interrupção, passa a história do concelho e de toda a região, ímpar nas suas riquezas, na beleza e nas enormes potencialidades, que se procuram concretizar, apesar dos obstáculos que vão surgindo no percurso.

Os caminhos de desenvolvimento e de valorização económica, cultural, social e turística que temos sabido trilhar, nas últimas décadas, contrastam com a imagem que o país tinha de uma península de Setúbal marcada pelo desemprego e pelas convulsões sociais. É essencial que o momento difícil que atravessamos não destrua o muito que já conquistámos, quando existe ainda tanto por desbravar.

Para além da sua longevidade, “O Setubalense” é uma referência nacional na área do jornalismo e parte incontornável da nossa história. Em paralelo, mantém características da sua origem, com forte pendor local e regional. Dignifica Setúbal e os Setubalenses, fazendo memória do seu quotidiano, valorizando cada nova conquista e dando voz às suas reivindicações, de forma plural, séria e com sentido crítico.

Os 165 anos d’O SETUBALENSE são, pois, motivo de júbilo justificam saudação da Assembleia Municipal de Setúbal, que, reunida na sua sessão de 29 de junho de 2020, calorosamente remete, abrangendo todos quantos, ao longo destes 165 anos colaboraram na sua edição.”

Não havendo intervenções a Saudação foi aprovada por unanimidade e em minuta.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Deliberação n.º 193/2020 – Proposta n.º 48/2020/DAF/DICOMP/SECOMP – Concessão do direito de exploração do edifício do Lago, sito no Parque do Bonfim, em Setúbal

Manuel Fernandes (PS) – Não era, ainda, para fazer uma intervenção muito embora tenha algo a dizer sobre este assunto, mas é mais porque em termos de condução dos trabalhos pede-se o parecer das comissões.

Houve uma falta desta comissão, porque não foi entregue a Ata, ou pelo menos ela foi entregue, mas não chegou ao destinatário por questões informáticas que me são alheias. Fui eu que a secretariei e houve algum percalço a nível técnico que fez com que a Ata chegasse ao

seu destinatário. O senhor deputado João Luz presidiu e eu secretariei, no entanto não há uma Ata para poder manifestar a intenção de voto, muito embora tenha ali os meus documentos. Se o Sr. Presidente quiser clarificar a assembleia acerca da votação que foi feita nos pontos que discutimos, não tenho nenhuma dificuldade, porque tenho ali o resultado da votação e se o senhor deputado João Luz, que a presidiu, não se opor.

Suzel Costa (PAN) – No caderno de encargos desta proposta, na cláusula terceira, 1.1, sobre as obrigações do concessionário e passo a citar: *“Que assegure a manutenção e a conservação do Lago do Parque do Bonfim.”*.

No ponto 1.3, *“Providencie alimento às aves que habitam no Lago.”* E no ponto 1.4 *“Assegurar a limpeza corrente do espaço e do Lago.”*.

Não podemos acompanhar esta proposta, não podemos compreender que à luz do avanço da civilização, das necessidades e consciência do bem-estar animal, a vida das aves residentes no Parque do Bonfim e o seu habitat sejam deixados à responsabilidade de um qualquer concessionário do edifício do Lago claramente apropriado para a restauração.

A alimentação das aves residentes no Parque do Bonfim e nos restantes jardins e espaços públicos verdes municipais deve estar a cargo dos serviços municipais, por poder afetar a vida dos animais, quer pelo fornecimento de alimentação desadequada, quer pela ausência de formação e empatia necessárias como tratadores de animais.

As aves têm uma dieta específica e para a sua alimentação restos de pão não serve, não só porque prejudica a saúde dos patos, dos cisnes, mas também porque favorece o crescimento bacteriano e de algas. Algas essas que prejudicam todo o ecossistema e levam a que se limpe o Lago várias vezes no mês. As próprias algas libertam também toxinas e formam alguns compostos, que não interessa para aqui, mas que causam também um cheiro desagradável.

Por outro lado, já falamos hoje tanto em baratas, o pão em decomposição atrai os roedores e atrai as baratas.

Seria então importante, ainda, clarificar se os médicos veterinários ao serviço do município têm acompanhado a gestão e o cuidado destes animais desde que o espaço encerrou. E ainda, se nas intervenções de limpeza e esvaziamento do Lago o bem-estar e a integridade física dos mesmos tem sempre sido acautelados.

Também seria, ainda, necessário esclarecer se ao longo do tempo se têm efetuado análises regulares à água do Lago ou se apenas o tratamento necessário é retirar algumas folhas.

Manuel Fernandes (PS) – Esta questão que foi levantada pelo PAN, também foi levantada pelo Partido Socialista em sede de comissão e obtivemos uma resposta que, para nós, não nos oferece resistência em relação à globalidade da proposta, uma vez que o Sr. Vice-Presidente aqui presente e que esteve na comissão, teve a oportunidade de esclarecer esse ponto.

Para nós a única supressa é que a especificidade de alimentar as aves possa fazer parte de um caderno de encargos de alguém que vai explorar um equipamento ligado à área alimentar, julgo que não é muito usual e nem sei se nos cadernos de encargos existe essa especificidade, tendo em conta a tecnicidade que foi aqui relatada pelo PAN.

Qualquer das formas, havendo um acompanhamento pelo veterinário municipal, como foi explicado pelo Sr. Vice-Presidente, julgo que não nos oferece resistência.

No entanto fica, também, a nossa surpresa relativamente à menção no caderno de encargos, por outro lado não deixamos de reparar que tendo um caderno de encargos diria técnico e tão dilatado em relação às exigências ao concessionário, penso que também não deixa de surpreender a proposta de conter a limpeza do Lago, a qual também carece de alguma tecnicidade.

Não nos espanta porque ao longo dos anos sempre se assistiu, quer neste executivo, quer noutros executivos de outros partidos, em termos de parceria, em termos de contratos de concessões, existir aqui uma troca de serviços em que a parte pública, dita de uma forma grosseira, fica entregue ao setor privado. Ela surpreende por ser o executivo da CDU a propô-lo.

De qualquer das formas existe ainda uma outra proposta aqui que talvez nos suscite uma surpresa ainda maior, é a exigência dos 25 mil euros, em termos de capital social, para se poder candidatar e que esta exigência deva permanecer ao longo de todo o contrato, digo que nenhum capitalista diria melhor. Contudo, o Partido Socialista acompanhará a proposta.

Não havendo mais intervenções foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 19 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 1 voto contra do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 15.

Manuel Fernandes (PS) – O Sr. Presidente, não sei se por esquecimento ou se iria pedir agora a votação em sede de comissão que não foi mencionada. Não sei se é relevante agora ou se o iria ainda fazer.

Presidente da Mesa – Julguei que não houvesse esse apanhado da votação na comissão. Agradeço que o faça então.

Manuel Fernandes (PS) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16.

2. Deliberação n.º 199/2020 – Proposta n.º 54/2020/DAF/DICOMP/SECOMP – Concessão, construção e exploração de quiosque destinado à promoção turística, venda de brindes e merchandising, relacionados com a região de Setúbal

Manuel Fernandes (PS) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável por maioria, uma abstenção do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, maioria e em minuta, com 34 votos a favor, 19 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do CDS-PP e 1 de AC, 1 voto contra do PAN e 2 abstenções do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 17.

3. Deliberação n.º 200/2020 – Proposta n.º 55/2020/DAF/DICOMP/SECOMP – Concessão, construção e exploração de snack-bar, sito no Largo Dr. Francisco Soveral, em Setúbal

Manuel Fernandes (PS) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

4. Deliberação n.º 221/2020 – Proposta n.º 17/2020/DES/DIAPE – Proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Transportes Escolares

Jerónimo Lopes (CDU) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável por maioria, com 7 votos a favor, 3 da CDU, 3 do PS e 1 do PPD/PSD, e uma abstenção do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

António Dias (PS) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 21.

5. Deliberação n.º 224/2020 – Proposta n.º 58/2020/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 13/2020/DAF/DICOMP/SECOMP, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) para a concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública à superfície na cidade de Setúbal e constituição do direito de superfície em subsolo para a concepção, construção e exploração de 3 parques de estacionamento no subsolo na cidade de Setúbal – Alteração das peças do procedimento

Manuel Fernandes (PS) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 4 votos a favor, 3 da CDU e 1 de AC, e 3 votos contra, 1 do PS, 1 do PPD/PSD e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16.

Jerónimo Lopes (CDU) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável por maioria, com 3 votos a favor da CDU e 5 votos contra, 3 do PS, 1 do PPD/PSD e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Esta proposta não deixa de ser uma surpresa para o PSD, até pelo facto de no dia 7 de maio deste ano, em Assembleia Municipal, termos proposto a suspensão deste processo pelas razões que aí foram invocadas e estão em ata, nomeadamente pelo pesado fardo que esta proposta vai ter de impacto sobre os setubalenses.

O que me traz aqui para falar hoje nem é o facto de estes 240 lugares na Praça de Touros deixarem, no fundo, de contar para o conto daquilo que vão ser os lugares de estacionamento possíveis na nossa cidade.



Não tive a oportunidade de verificar quando é que foi publicado o anúncio deste concurso, mas não deixa de ser caricato que venhamos aqui discutir e votar uma proposta de alteração a um concurso que foi lançado há cerca de dois meses e que resulta de um concurso que foi anulado por uma norma que já esteve em vigor noutra legislação, mas que essa norma não existe há 12 anos, motivo pelo qual o outro concurso foi anulado.

Sinceramente, tudo isto parece muito estranho e não se compreende de todo, acho que há aqui um vício neste ato administrativo, falta de fundamentação, porque o que é invocado é que a razão pela qual esta alteração ao concurso se apresenta agora é por existir uma pretensão que foi apresentada a esta Câmara Municipal de remodelação e modernização da Praça de Touros Carlos Relvas. O atual parque de estacionamento, que é aquele que leva a esta alteração, o parque subterrâneo previsto junto da Praça de Touros inviabilizaria o investimento dessa tal pretensão de remodelação da Praça de Touros e a sua interligação ao equipamento. Há aqui qualquer problema, há um problema de planeamento na Câmara Municipal ou então há aqui qualquer coisa que não joga meus senhores.

Estou a dizer isto claramente, porque como sabem somos um órgão público cujo trabalho é escrutinado e isto é um daqueles assuntos que pode, às vezes, abrir algum armário com esqueletos lá dentro. Acho isto muito complicado porque é incompreensível, se tivesse passado um ano, e os senhores viessem aqui apresentar-nos hoje esse plano que fundamentava esta alteração, compreendia, assim não se compreende de todo.

Obviamente que a nossa posição continuará a ser contra, com o que votámos anteriormente e pelas razões que apresentámos, que eram políticas, eram de gestão da cidade, o compromisso de no fundo termos um concessionário por 40 anos a gerir o estacionamento tarifado e o facto de a área abrangida ser praticamente toda a cidade, quase sem exceção nenhuma. Mas isto é se calhar ir um bocadinho longe demais. Estou a dizer isto com toda a franqueza e estou na Assembleia Municipal desde 1998 e nunca vi isto, aliás isto precisa de ser muito bem explicado, não sei é se será só na Assembleia Municipal.

Manuel Fernandes (PS) – Esta proposta vem na sequência daquilo que é um projeto pelo Partido Socialista já rejeitado.

A proposta de estacionamento regulado ou tarifado no município, mais concretamente aqui na cidade de Setúbal, já merecia a rejeição pela sua dimensão, em termos geográficos e a falta de escrutínio ou de critério na altura da decisão de taxar.

A tarifa tem que ter um fundamento e esse regulamento não apresentou esse mesmo fundamento com critério para que os utentes, os cidadãos conseguissem perceber porque razão é que em determinada altura é que vão pagar estacionamento, como por exemplo na Bela Vista, em Vanicelos ou em áreas meramente residenciais.

Depois temos uma outra rejeição e esta agora ganhou força, se já estávamos contra agora ainda estamos mais contra, diria eu. O contrato de concessão ou o caderno de encargos para o concessionário previa a construção do parque 1 na Avenida Luísa Todi (em frente ao Mercado do Livramento) que deveria iniciar-se no segundo ano de concessão a terminar no prazo máximo de 18 meses. Até aqui tudo bem, não havia problema, não vinha mal ao mundo. O contrato de concessão começaria ainda antes da construção e durante um ano o concessionário faria receita para poder começar a construir o primeiro parque.

A construção do parque número 2 que seria feito, digo que seria porque temos que começar a ter um ato de fé para começar a acreditar nisto, na Avenida Luísa Todi, mas no lado poente, o qual só seria construído quando a média anual da taxa de ocupação do parque 1 fosse superior a 60% e nunca antes de 15 anos de concessão.



Repare, se tínhamos que fazer uma média superior a 60% de lotação durante aquele tempo para ser rentável para o concessionário, nunca poderia ser feito 15 anos antes da concessão ter iniciado, e estamos a falar de uma concessão de 40 anos.

O parque 3, que é exatamente este que agora foi subtraído, era aquele que era feito no ano imediatamente a seguir ao contrato de concessão. Ora, aquela que era a principal obrigação do concessionário e desapareceu do contrato, desapareceu do caderno de encargos. A principal responsabilidade, que era aumentar de forma significativa logo ao segundo ou terceiro ano de contrato de concessão, o que existia com visibilidade e que ia responder àquilo que são as necessidades da população, desaparece. Se já era escasso, desaparecendo esta responsabilidade, mantendo o contrato durante 40 anos e ainda assim o segundo parque continua a ter só apenas validade, a sua construção só será efetivamente realizada passados 15 anos da construção do primeiro, e é preciso existir aquela média superior a 60% da lotação, diria que é preciso muita ginástica.

Só para terminar com a cereja no topo do bolo, o parque 4 que será obviamente construído com dinheiro público pela Câmara Municipal, mas que todo ele desde a primeira hora será concessionado ao setor privado e será um contrato de 40 anos a partir do momento em que ele começa a ser efetivamente utilizado pelos utentes do concelho de Setúbal.

Portanto, se já estávamos contra, agora só viemos reforçar a nossa posição.

Vitor Rosa (BE) – A alteração deste concurso agora proposto, para fugir aqui a alguns dos argumentos já utilizados entretanto, é relativo ao uso do atual parque de estacionamento da Praça de Touros Carlos Relvas e com base na forma como está concebido inviabiliza o investimento e a sua interligação ao equipamento que viu a aprovação de leasing há 3 anos no valor de um milhão, cento e noventa mil euros, e que aqui é justificado no ponto 1, dos considerando desta proposta, que diz o seguinte: *“Foi apresentado a esta câmara a pretensão de remodelação e modernização da Praça de Touros Carlos Relvas de forma a dar lugar a um espaço multicultural.”*. Passados 3 anos está tudo na mesma, pelos vistos, esta é uma pretensão que para além de sair caro aos municípios tem dificuldades a passar de pretensão a projeto e de projeto a realidade.

Já o mesmo se passou com a permuta de terrenos para construção da Casa das Artes, que depois foi abandonado pelo executivo e que agora está em hasta pública à venda pelo valor de um milhão e quinhentos mil euros.

Outros investimentos aprovados nesta casa que poderemos invocar, o terminal de camiões TIR, os terrenos da IMA, entre outros, em que muitas vezes a justificação apontada é que são boas oportunidades de negócio.

De pretensão em pretensão, de negócio em negócio de ocasião como se fossemos uma agência imobiliária, vamos abrindo concurso e empréstimos, o que na visão de alguns estão a fazer uma boa gestão camarária.

Este é um concurso que abrange a construção de novos parques de estacionamento numa zona nobre da cidade, mas também uma das maiores zonas de risco em situação de catástrofe natural, como sismos ou tsunamis. É curioso ouvir argumentos em revisão de PDM da retirada de equipamentos de bombeiros para outras zonas da cidade para salvaguarda de assistência e segurança de primeira linha e agora construímos acessos ou parques para onde se agruparão um elevado número de pessoas.

É curioso ouvir argumentos de aposta na mobilidade e uso de transportes públicos e construímos no centro da cidade mais parques de estacionamentos para congestionar com transportes particulares. Por estas razões votamos contra esta proposta.

Suzel Costa (PAN) – A construção e a exploração de dois parques de estacionamento no subsolo na Avenida Luísa Todi, no universo temporal de 40 anos e em detrimento do parque de estacionamento na área da antiga Praça de Touros, perto do Hospital, do interface intermodal, numa zona de serviços e de residências numa parte alta da cidade, é um erro estratégico na conjuntura atual, nos padrões de mobilidade sustentável e um legado oneroso para as gerações vindouras em termos monetários, ambientais e sociais.

Criar mais estacionamentos na Avenida Luísa Todi é um claro incentivo à utilização do transporte individual motorizado e à circulação automóvel naquela zona da cidade, aumentando ainda mais a dependência do automóvel, desincentivando a mobilidade suave sustentável, os modos ativos e partilhados. Encontra-se claramente em contraciclo com o que se espera de uma cidade considerada inteligente, uma cidade do futuro e para o futuro.

Essa cidade do futuro e para o futuro cria parques de estacionamento de automóveis dissuasores e liberta a cidade do tráfego e congestionamento automóvel. Acresce, ainda, a extrema vulnerabilidade da zona ribeirinha às situações de cheias, inundações e que também no universo e no horizonte temporal de 40 anos não podemos esquecer que as alterações climáticas provocadas pelos gases com efeitos de estufa, vão levar ao aumento da frequência e intensidade dos fenómenos meteorológicos extremos, cada vez mais extremos, com uma precipitação muito intensa em curtos espaços de tempo.

É espetável, ainda, a subida do nível médio das águas em cerca de 2 metros, graças ao aumento da temperatura média do planeta em 2 graus até 2030. Acresce, ainda, o elevado risco sísmico em que nos encontramos e a forte probabilidade de ocorrência de tsunamis na zona onde agora se projetam estes dois parques subterrâneos.

Por tudo isto o PAN vai votar contra.

João Viegas (CDS-PP) – Hoje estamos aqui na presença de mais um capítulo na construção de parques de estacionamento no subsolo.

Se lembrarmos um pouco da história, a primeira proposta veio à Assembleia Municipal em 2013, na altura era para construir um parque de estacionamento no subsolo e essa proposta foi recusada pela maioria dos membros da assembleia e passados seis anos regressou. Um pouco estranho que só passados seis anos é que a CDU volta a apresentar esta proposta, mas já não é um parque de estacionamento, passam a ser três parques de estacionamento. Para além disso a urgência da construção do parque, em 2013, era imprescindível e colocava-se até no caderno de encargos que a construção devia ocorrer em 12 meses, depois nos cadernos de encargos seguintes este prazo já é mais dilatado.

Tivemos essa proposta aprovada em 2019 e em 2020 temos uma assembleia marcada para aprovar o novo concurso e que pelos motivos que também já foram aqui identificados, esse concurso foi cancelado. Passados três meses voltamos a ter a análise da mesma proposta, mas agora voltamos a ter só dois parques de estacionamento nesta concessão, depois de decorrido este tempo todo, o prazo já pode ser só para a inauguração passados três anos e meio.

Mais estranho ainda, também já foi aqui identificado, é que o parque de estacionamento que era para ser construído junto à Praça de Touros Carlos Relvas, segundo o que nos é apresentado aqui, há um projeto que não é compatível com aquilo que está aqui a ser apresentado nesta proposta.

Não deixa de ser estranho e também digo que estamos aqui a falar de alguma falta de planeamento, até porque há um ano atrás, sensivelmente, tive a oportunidade de colocar a questão ao executivo referente ao leasing imobiliário, que foi aprovado por esta assembleia, e na altura foi dito pelo senhor vice-presidente que estavam a aguardar o visto do Tribunal de Contas.

Já foi reforçado qual seria o projeto para a Praça de Touros e da parte do executivo também nunca foi obtida qualquer resposta.

As razões porque o CDS tem votado sempre estas propostas, mantêm-se, como é obvio, mas estranha que passados só dois meses em relação ao que foi apresentado em maio, termos uma alteração significativa do que era a proposta inicial. Não percebemos e é necessário realmente uma explicação por parte do executivo a que é que se deveu estas alterações.

Como é obvio manteremos o nosso sentido de voto que é contra esta proposta.

Vice-Presidente da Câmara – De facto foram levantadas uma série de questões cuja explicação não precisa de ser muito rebuscada, porque a falta de fundamentação que foi referida pelo senhor deputado Paulo Calado consta da proposta. As razões estão cá. Pode haver aqui um termo mais impreciso quando se refere à apresentação a esta câmara de uma pretensão.

Nos estudos preliminares para o projeto de ocupação e da concessão, construção e exploração do equipamento da Praça de Touros Carlos Relvas rapidamente apareceu a necessidade de associação do estacionamento, se é para eventos de grande capacidade de audiência, é preciso ter um estacionamento associado. Está aqui escrito na proposta que foi aprovada, “...remodelação e modernização da Praça de Touros Carlos Relvas de forma a dar lugar a um espaço multicultural capaz de acolher os mais variados eventos culturais e desportivos”. Isto tem necessidade de um estacionamento com uma dimensão adequada a esses eventos. São coisas que não podem ser feitas e pensar que depois quando houver grandes espetáculos o estacionamento é feito ali à volta, nas várias ruas.

Estes estudos preliminares indicam logo que este parque tem que estar ali associado e as obras não estão encaixadas uma na outra, uma coisa é a resolução integrada, aquela confusão que vos faz de estacionamentos de um espaço muito alargado, é a solução integrada do estacionamento à superfície e em parques subterrâneos.

Os parques da Luísa Todi estão previstos há muito tempo, a calendarização da sua construção pode ser discutível, mas naturalmente que sabemos todos que isso evoluirá ao ritmo da ocupação, da utilização dos espaços de estacionamentos destinados e da sua rentabilização. Já demonstramos que isso não é necessariamente um custo para o município, é uma racionalização do estacionamento no município. Este tem esta justificação, tem esta interligação com o projeto, que na fase preliminar que está agora já indica claramente isso. Havendo aqui este momento em que se acabou de fazer uma alteração ao processo, entendeu-se que, segundo o aconselhamento jurídico acolhido e uma vez que ainda não tinha dado entrada propostas nesta fase, a alteração do objeto do procedimento era suficiente para alterar estas condições e ficarem dois parques.

Quando se diz que tem menos custos, tem menos custos, mas também tem menos receita. O concessionário que ficar com a exploração, ficará sem o custo da construção, mas também fica com menos receita durante todo o período de exploração. Estas unidades têm é o seu custo previsto e a sua receita prevista e há aqui algum equilíbrio.

As explicações existem e são as fundamentações que estão na proposta, não se pode dizer que é por artes de adivinhação, a razão concreta é esta.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 19 da CDU e 1 de AC, e 17 votos contra, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: “Remeter a nossa declaração de voto para aquilo que já foi a nossa intervenção na assembleia de 7 de maio e também com o acrescento dos argumentos que aqui foram apresentados por mim na minha intervenção.”

6. Deliberação n.º 240/2020 – Proposta n.º 15/2020/DURB/DIMOT – Desafetação de parcela de terrenos municipais e transferência dominial subjetiva para a Infraestruturas de Portugal, S.A. para construção de rotunda na EN-10 ao km 23,300

Jerónimo Lopes (CDU) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

João Luz (CDU) – Relativamente a esta proposta gostava de colocar uma questão direta ao executivo. Estamos ou não, mais uma vez, perante uma proposta em que o Município de Setúbal e o dinheiro dos contribuintes setubalenses se substitui às obrigações do Estado, neste caso da IP.

Vice-Presidente da Câmara – É oportuno esta observação, porque é verdadeira. De facto, cada vez que é preciso fazer obra pública por conta dos Serviços Centrais do Estado, do próprio Governo, neste caso da IP – Infraestruturas de Portugal, é assim com as escolas, é assim com os terrenos, que sejam necessários para qualquer infraestrutura que seja do Estado, é o município que tem que dar os terrenos.

Estes terrenos é uma cedência para o domínio privado para depois se ceder para fazer obra pública. O município não faz a contragosto, faz com todo o gosto, lamenta é que faça cedência de terrenos, por exemplo, para Centros de Saúde e que fique a faltar os Centros de Saúde.

O que é feito a contragosto é quando é preciso fazer alguma coisa do município que tenha que ser comprado, tenha que ser pago, seja em terrenos, seja em edifícios devolutos, etc., o município tenha que pagar tudo, mas o município tem que dar quando é preciso fazer alguma obra pública do Estado.

É verdade e obrigado por ter sublinhado isso, senhor deputado.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 23.

7. Deliberação n.º 232/2020 – Proposta n.º 23/2020/DOM/DIHAB – Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Habitação de Setúbal

Jerónimo Lopes (CDU) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

Patrícia Paz (PS) – Relativamente ao projeto de regulamento aqui apresentado, a bancada do Partido Socialista considera ser adequado tecer alguns considerandos.

Em primeiro lugar a política de habitação tem vindo a ganhar uma centralidade no debate público, sobretudo devido às dificuldades no acesso à habitação.

Importa referir, para contextualizar, que a nova geração de políticas de habitação foi criada em 2018. Esta nova geração de políticas é composta por um conjunto de instrumentos e programas que tem como objetivo garantir a todos uma habitação adequada, pretendendo criar condições para a reabilitação do edificado e requalificação urbana.

Em segundo lugar, de 2018 à presente data já passaram dois anos.

Em terceiro lugar, dos vários instrumentos adotados encontramos o 1.º direito, Programa de Apoio ao acesso à habitação, publicado e mencionado no documento em análise.

O 1.º direito promove o acesso a uma habitação adequada às pessoas que vivem em situações habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para encontrar uma solução habitacional condigna.

Inerente a este programa o município define a sua Estratégia Local de Habitação e apresenta a sua candidatura ao IHRU. Temos conhecimento que em junho de 2020 o Governo indicava que cerca de 187 municípios estavam já a elaborar este instrumento.

Posto isto, pretendemos saber qual o ponto de situação relativo à Estratégia Local de Habitação do concelho de Setúbal, se já se encontra concluída e se já foi apresentada a candidatura ao IHRU.

Na eventualidade da Estratégia Local de Habitação se encontrar concluída, pretendemos saber quais as necessidades habitacionais do concelho, quais as maiores dificuldades identificadas no acesso à habitação pelos setubalenses, qual o estado do parque habitacional da autarquia e se o executivo nos pode adiantar algumas prioridades ou algum calendário proposto.

Por último, consideramos que o Regulamento do Conselho Municipal de Habitação surge da necessidade de implementar mecanismos que garantem ao município uma gestão da sua política de habitação e essa está logicamente dependente dos objetivos aprovados na Estratégia Local de Habitação, daí ser crucial o conhecimento relativo à mesma.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Considerando que a autarquia está a ultimar a sua Estratégia Local de Habitação com a priorização de metas e objetivos a desenvolver ao abrigo do programa 1.º direito, considerando que este programa assenta numa dinâmica promocional predominantemente dirigida à reabilitação do edificado e ao arrendamento, considerando que a Câmara Municipal de Setúbal celebrou em 2017 pelo período de três anos com o IHRU o protocolo de cooperação institucional, no âmbito do programa “Reabilitar para arrendar habitação acessível”, a bancada do PSD gostava de colocar várias questões ao executivo.

Quais os resultados que foram obtidos deste protocolo com o IHRU?

Qual o número de habitações colocadas no mercado de arrendamento, através deste protocolo?

Quantas famílias foram abrangidas?

Visto que foi celebrado em fevereiro de 2017, pelo período de três anos, queremos também perguntar se o protocolo foi renovado ou se foi denunciado?

Qual o valor médio das rendas praticadas ao abrigo deste protocolo?

Aproveitando estarmos a falar da política municipal de habitação, a bancada do PSD quer, ainda, colocar as seguintes questões ao executivo municipal:

Qual o número de fogos habitacionais que a Câmara Municipal ainda tem como proprietária ou que gere à presente data, visto que nos últimos anos tem procedido à alienação de muitas habitações municipais.

Qual o valor médio da renda paga nestas habitações municipais?

Qual era a percentagem de incumprimento de pagamentos de renda mensal, até seis meses de incumprimento e mais de seis meses de incumprimento, a março de 2020, ainda antes dos efeitos da pandemia COVID.



Vitor Rosa (BE) – Em 29 de abril de 2019, levantámos aqui um conjunto de questões que agora são novamente levantadas pelos outros partidos, e não é uma questão de bandeira, porque esta é uma questão que diz respeito a todos nós.

Aquilo que nos parece relativamente a esta proposta que nos chega aqui hoje é que iremos acompanhá-la, faz falta e é necessário. Penso que a casa está a começar pelo teto. Se nos falta a Estratégia Local de Habitação e o próprio vereador na comissão de urbanismo, e há pouco também repetiu, que chegaria a esta assembleia em setembro. Se existem todas estas dúvidas e todo este conjunto de questões que são levantadas relativamente a estas informações necessárias para o entendimento das dificuldades do que se passa em termos de habitação no concelho de Setúbal, começar a nossa casa pelo Conselho Municipal de Setúbal quando não temos estratégia apresentada a esta assembleia, julgo que será, em termos de princípios, um princípio errado de começar. É esse o vosso entendimento? É essa a forma de querer começar a trabalhar neste conselho? Nós achamos que seria mais importante este processo ser invertido.

Como responsáveis relativamente a esta situação, entendemos que tentaremos dar os nossos contributos a este Conselho Municipal de Habitação de Setúbal e dentro daquilo que seja a Estratégia Local de Habitação que venha aí ser apresentada.

Carla Vilhena (PPD/PSD) – Venho no sentido de pertencer à Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais, a qual funciona desde o início do mandato. Se o Bloco de Esquerda estava tão interessado neste tema já tinha tido tempo, mais que tempo, para mostrar propostas para esta comissão começar a trabalhar, não pelo telhado, mas pelos alicerces.

Fica mal o Bloco de Esquerda dizer isto neste momento, quando tem uma comissão que trabalha afincadamente, e que o Bloco de Esquerda, inclusive, está lá presente.

Vereador Carlos Rabaçal – Obrigado pelas questões colocadas, embora a maioria dessas questões já tenham sido respondidas em sucessivas assembleias, mas é com todo o gosto que repito.

A primeira questão tem que ver com a intervenção da senhora deputada do Partido Socialista. A senhora deputada sempre que fala deste assunto cria uma confusão monumental, não percebe nada do que se passa com a nova geração da política de habitação. Tenho que lhe dizer isto com toda a clareza e vou-lhe explicar porquê. A nova geração das políticas de habitação é um instrumento que o Governo criou para resolver o problema da habitação. O que é que resolveu? Fez uma campanha de publicidade e até agora não temos o problema de habitação resolvido e está longe disso e está longe sequer de estar encaminhado.

Isso não tem nada que ver com a Lei de Bases, que é posterior à nova geração, e nem tem nada que ver com a Estratégia Local de Habitação, que faz parte dessa nova geração. O que a Lei de Bases definiu, e que é superior as ações do Governo, é uma lei da República, a definição de uma Carta Municipal de Habitação que define a estratégia para a habitação.

É uma confusão total do Partido Socialista sobre esta matéria e é um certo incómodo, porque não sai do sítio, a não ser que a senhora deputada me diga, dois anos depois, quantos fogos foram construídos. E que a senhora deputada me diga, dois anos depois, qual é a situação do país em relação à nova geração.

O que sei e estou preocupado em ver as questões, é que o Governo decidiu transferir para as autarquias locais a responsabilidade financeira da habitação e que todos os contratos-programa até agora assinados entre o Governo e as autarquias é que as autarquias pagam 70% de todos os processos e o Governo paga 30%, quando devia pagar 100%. É esse o panorama da nova geração.

Agora a discussão à volta da nova geração é uma discussão arrebatada, temos, neste momento, um ministro que todos os dias diz que é preciso passar dos menos de 2% de expressão da habitação pública, no panorama da habitação em Portugal, para os 5% e até chegar aí a expressão é muito reduzida e que é preciso fazer casas. É isso que o ministro diz todos os dias.

Também tivemos agora o Secretário-Geral da ONU que disse que um dos principais problemas que a pandemia revelou são as condições de habitabilidade e a problemática associada às doenças por causa das condições de habitação.

Parece que acordou ontem, nós já dizemos isso há muitos anos, o problema é que não há investimento. O que diz o ministro não tem aderência àquilo que é feito para passar a esse estado com a sua nova geração das políticas de habitação.

A complexidade desta situação legal é que a Lei de Bases não permite uma lógica de serem as autarquias a pagar, diz que é o Estado Central que paga e andamos nisto. Até alguém corrigir isto, tem que ser corrigido, o que estamos a fazer é procurar resolver o melhor possível as situações.

Com a criação da nova Estratégia Local de Habitação, o Governo criou um instrumento que quase todos os municípios levaram ano e meio, dois anos a montar e durante o qual não houve um cêntimo para a habitação, porque sem estratégia não havia cêntimos, logo o Governo poupou em dois Orçamentos de Estado sucessivos, e neste terceiro também, milhões.

Não foi uma Estratégia Local de Habitação, foi uma estratégia local de poupança do dinheiro do Orçamento de Estado, quando havia identificação de problemas gravíssimos que precisavam de financiamento imediato, mas não havia Estratégia Local, logo não havia financiamento. Isto em termos gerais.

Estamos focados no que diz a Lei de Bases de Habitação, estamos focados em criar a Carta Municipal e estamos em simultâneo, com a realidade que temos, a trabalhar na estratégia local, porque se não, não vem um cêntimo. É assim, é a vida, é o Governo que decide, a Assembleia da República não conta para nada, o que conta é o Governo.

O que é que nós, neste momento, temos em cima da mesa? A Estratégia Local de Habitação está pronta, há de vir à assembleia com os seus dados, levantamentos e com toda a informação que aqui foi colocada e que foi trabalhada internamente por uma equipa da câmara do urbanismo e de outros serviços e por uma equipa externa. Já podíamos ter trazido essa estratégia local em junho, por exemplo, ou até final de maio.

Numa reunião com a Sra. Secretária de Estado de Habitação e com o IHRU foi-nos sugerido que em vez de apresentarmos uma estratégia local, que é um documento enquadrador, que entregássemos um documento com uma maturidade melhor, superior a essa estratégia e com projetos concretos associados. Nessa reunião identificou-se a possibilidade de desenvolver um projeto concreto de construção que nós estamos a estudar com o IHRU e com a Secretaria de Estado e que estará fechado em setembro ou talvez antes. Em simultâneo vamos integrar na estratégia outros projetos concretos como a reabilitação da Manteigada, a reabilitação do Forte da Bela Vista e a reabilitação dos telhados do Bairro da Alameda das Palmeiras numa primeira fase, a qual é até 2023. Depois na segunda fase, até 2025, serão os outros bairros que carecem de reabilitação.

O trabalho esta a ser feito, é um trabalho muito sério no contexto legal que temos, que consideramos errado, mas estamos a trabalhar nele e estamos a fazer todos os esforços para ir o mais longe possível na capacidade de resolver problemas concretos, seja de nova construção de habitação, seja de reabilitação.

Entretanto, já há pouco referi, que para surpresa nossa, e creio que de vocês todos seguramente incluindo os do PS, o Governo informou-nos que só constrói habitação acessível, que não constrói habitação para renda apoiada. Pobre dos pobres, o Governo não constrói, construa quem quiser. Para a renda acessível, que também é uma necessidade absoluta, constrói.

A questão que se coloca não é saber se é renda acessível ou se é renda apoiada ou o que é, o que interessa é que todos os excluídos do mercado habitacional têm que ter a garantia de acesso à habitação. Nesses excluídos do mercado habitacional estão os da renda acessível e estão os da renda apoiada.

Aqui em Setúbal para avançarmos com a renda apoiada tinha que ser a câmara a assumir 100% dos custos, ou na melhor das hipóteses 70%, ou então o Terceiro Setor que faz parceria com a câmara e com o IHRU, para que se encontre uma solução em que há uma maior participação do Estado.

Encontrámos uma entidade Terceiro Setor que está a discutir com a câmara esse processo para ver se conseguimos fazer, para além da renda acessível, fazer também renda apoiada.

Para se ter uma ideia do que está aqui em causa, na renda acessível em Setúbal os valores das rendas podem andar à volta dos 300,00€. Baixando 20% do mercado, e já é ser simpático, pode ser acima dos 300,00€ a renda acessível.

Se fizermos 100 fogos da renda acessível dá 30 mil euros por mês, algo do género, dá 360 mil euros por ano de receita encaixada no gestor da renda acessível, que é o Estado, não pode ser mais ninguém. É o que eles querem fazer.

Na renda apoiada, e respondo já a uma questão que foi colocada, a renda média em Setúbal é de 30,00€. Há municípios onde é 15,00€, há outros onde é 50,00€, 60,00€, depende dos municípios. Façam as mesmas contas para 100 fogos, dá 3 mil euros mensais e 36.000€ anuais.

Com a renda acessível que o Estado constrói e gere é possível fazer face à manutenção e à gestão cujos recursos advêm da renda acessível. Na renda apoiada quem faz são as câmaras ou entidades do Terceiro Setor que têm que assumir os encargos da diferença dessa renda apoiada reduzida e assegurar a gestão, a manutenção e o funcionamento das habitações.

Alguém acha isto normal, não faz sentido nenhum.

Para ter uma ideia o que é que isto quer dizer em Setúbal no parque habitacional que temos, temos 1.800 fogos no ativo, neste momento, quer dizer que o Município de Setúbal devia de receber, de acordo com a renda máxima estabelecida legalmente, 5 milhões de rendas e recebe 900 mil euros. Significa que o Município de Setúbal recebe das suas rendas menos de 1 milhão de euros e tem que garantir o funcionamento de uma equipa enorme para fazer a gestão habitacional, mais a gestão do parque. Portanto, é este problema que temos em cima da mesa e não temos dívida. Nós somos dos municípios portugueses com menos dívida de moradores, porque temos um trabalho de grande relação com os moradores e as pessoas pagam, pagam a renda a que têm direito, nós podemos ter o mesmo fogo na renda apoiada por 200€ ou o mesmo fogo por 5€, depende da família e do seu rendimento. É assim que funciona a renda apoiada.

Quem é que assume os custos da manutenção do parque e das equipas de gestão? É a câmara. Quando for uma entidade do Terceiro Setor quem é que assume? A entidade do Terceiro Setor? Então agora ficamos dependentes disso? Então o direito à habitação constitucional depende de ver uma unidade do Terceiro Setor capaz de garantir a renda apoiada ou do município ser capaz de garantir a renda apoiada? Algo não bate certo.

São estes problemas que queremos que sejam percebidos, por isso tenho insistido neles, e creio mesmo que é necessário que todas as forças políticas, PS incluído e o Governo PS, se mova no sentido de corrigir uma situação destas, porque o que está em Setúbal são mil pedidos e outros que vão aparecer.

Isto é uma missão que se arrasta e o Estado assobia para o lado, a câmara já faz um esforço tremendo para manter o seu parque e não tem condições para construir mais fogos e suportar ainda mais fogos. Não tem hipótese e o Estado, de acordo com a lei, é que tem que fazer as casas, aliás, historicamente todas as habitações públicas do nosso país foram construídas pelo Estado Central com uma nota no PER. Foram construídas, por vezes, com intervenção direta na câmara na gestão das empreitadas, mas pago pelo Estado, menos o PER em que houve uma entrada entre 15% a 30% dos municípios, pela primeira vez em toda a história da habitação pública em Portugal. Foi na altura do Cavaco Silva, que foi sempre 100% do Estado a construir, menos nessa fase.

A proposta da nova geração à habitação é mil vezes pior do que a proposta do Cavaco Silva, o PS está a fazer aos municípios pior do que fez o Cavaco Silva, que foi entregar às câmaras a resolução até 30% e aqui temos até 70%, acham normal? Não é não é normal. Depois de tanta conversa do Governo do Partido Socialista.

Isto é exatamente como estou a dizer, é só fazer as continhas, não custa nada. Essas contas foram apresentadas ao Secretário de Estado e são contas apresentadas publicamente em todo o lado. Podem perguntar ao Município de Almada, os protocolos de Almada, quanto é que Almada vai pagar. Num dos processos, no máximo, recebe 50% e o resto é 30%. É assim que funciona.

Os apoios são dados numa base de financiamento a fundo perdido muito reduzida e depois uma grande autorização de endividamento. Não precisamos do Governo para dizer que se quisermos e podermos nos endividamos e fazemos casas, é uma decisão soberana nossa. Mas dizem que podemos-nos endividar ainda mais, 30% sobre a nossa capacidade para fazer casas, mas quem paga? Pagamos nós. “*Endividem-se e paguem.*”, é o que diz o Governo.

É assim que funcionamos? O direito à habitação é assim garantido?

É uma dificuldade bastante complicada que temos em cima da mesa. Creio que pelo caminho fui respondendo a várias questões colocadas.

Em relação ao Conselho Municipal de Habitação, não está o carro à frente dos bois, se o carro estivesse à frente dos bois nós fazíamos e discutíamos depois. Queremos ter o Conselho Municipal de Habitação para discutir isto tudo e para vocês que vão estar representados no Conselho poderem discutir isso a sério connosco e aprofundarmos seriamente esta matéria e não haver quinhentas leituras pelo conhecimento diferente da realidade.

O Conselho Municipal de Habitação traz toda a comunidade interessada na questão habitacional para o debate, para o conhecimento e para a proposta ao município, em termos de atuação, e para o combate político se necessário.

O Conselho Municipal de Habitação, neste quadro em que nós o apresentamos pode ser um instrumento central da construção do novo paradigma de uma política de habitação municipal e nacional. Todos temos que contribuir para isso e esse é um trabalho que pode ser construído com todos. A questão que se coloca é se este conselho tem uma emanção de todo o trabalho de valorização de moradores que foi feito neste concelho nos últimos dez anos e que resultou da luta dos moradores para a nova lei da renda apoiada que saiu vitoriosa e resulta pela gestão habitacional que fazemos e que tem uma expressão muito clara no Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”, mas também noutros bairros e que resulta deste movimento de participação.

O que se tratou de fazer foi tornar institucional o movimento de participação popular de moradores e ao mesmo tempo agregar outras entidades como a construção, a mediação, todos os partidos políticos e até num debate aprofundado sobre esta matéria.

Isto é andar com os carros à frente dos bois? Não sei como. É andar no momento certo quando as questões de habitação se colocam por uma questão central e que têm que ser aprofundadas e discutidas.

A dimensão do conselho está em discussão, depois desta aprovação vai entrar em debate público com todos os senhores deputados e com toda a população do concelho em que podem contribuir com as suas opiniões para o aperfeiçoamento do conselho em termos de composição, em termos de funcionamento e o que entenderem em termos até de objetivos e outras matérias.

Só uma nota curta sobre “Reabilitar para arrendar”, isso é um processo em que a iniciativa privada é que avança. Se a iniciativa privada não avançar, não há. A iniciativa privada preferiu fazer alojamento local.

Assim rapidamente é o que posso dizer.

Presidente da Câmara – Peço desculpa pelo atraso, mas estava em representação do município noutra atividade, razão pela qual cheguei mais tarde. Mas não consigo ficar calada perante coisas que são ditas, porque têm que ser ditas e porque vêm no papel para serem ditas, sem que haja memória das situações. Inverdades gritantes.

Temos assistido aqui a uma desinformação do Partido Socialista conveniente e seletiva, mas como os mais antigos do Partido Socialista não falam, tenho que falar e como já estou cá algum tempo e tenho conhecimento das situações e, se calhar, a deputada Patrícia não tem conhecimento dessas situações.

É, de facto, chocante ouvir aqui dizer que estão estupefactos por há dois anos estarmos a falar disto e só agora estar a ser apresentado. Chocante foi a forma como encontramos a habitação social, isso é que foi chocante. Isso é que foi chocante.

Não gostam, mas tem que ser dito.

Chocante foi a habitação social que foi transferida do Fundo de Fomento da Habitação para a Câmara Municipal de Setúbal em condições deploráveis. A Câmara Municipal, quem ficou com ela, nessa altura também não fez nada, não havia regulamento algum, como é que se atribuíam ou não as casas, como é que eram recuperadas as casas, não eram recuperadas.

Temos documentos comprovativos do que vou dizer, eram atribuídas as casas a alguns amigos, a algumas pessoas do Partido Socialista e de preferência a alguns funcionários da Câmara Municipal para terem uma casa para depois arrendar e poderem ter um melhor salário do que aquilo que recebiam na câmara.

Tenho os documentos, dou-lhe os documentos.

O senhor está a falar com quem? Está a falar com quem? O senhor tem que esperar pela sua vez, tem que esperar pela sua vez para falar.

Dói, não dói? Está tudo documentado, tudo documentado, tudo documentado. Dói, não dói, mas está tudo documentado. Vá ver, vá ver. Temos lá para apresentar.

Isto é que foi chocante e isto não se pode esconder, nem se pode calar, isto aconteceu e existem nomes, existem processos e tiveram na minha mão.

Portanto hoje é aflitivo ouvir isto, fazer uma intervenção destas a dizer porque não há estes instrumentos, porque é que já não estão feitos, porque é que assim, porque é que assado.

Relativamente a isto o vereador Carlos Rabaçal respondeu e muito bem, mas é preciso que haja memória, que fique escrito nas atas o que acabei de dizer. Memória do que cá aconteceu para hoje não haver quem coma queijo ou que não está informada sobre isso.



Relativamente às casas que são da responsabilidade da câmara, são cerca de 40% da Câmara Municipal e mais de 60% já são propriedade das pessoas que nelas habitam.

Também acontece que algumas pessoas estão a vender as suas casas, compram à Câmara Municipal, alguém lhes dá dinheiro para o fazer, têm esse direito e depois vendem as casas e estão a vendê-las e alguns ainda ficam lá dentro e a pagarem uma renda caríssima a quem está a comprar a casa.

É uma situação muito complicada e estamos a apreciar todos esses processos, é uma informação muito fresca, mas que tem que ser denunciada e estão também os processos a caminharem em relação a essa denúncia.

Há outras pessoas que compraram as suas habitações, que ficam à volta de 7.000/8.000/10.000, depende da habitação, mas as pessoas não têm condições para depois recuperarem os espaços comuns, nem as fachadas e a câmara está a fazer esse papel que não lhe competia, mas tem que fazer porque se não as outras frações de que somos proprietários não se podem reabilitar.

O valor médio das habitações depende daquilo que cada um recebe, antes do confinamento haviam casas já com uma média de 30, 40, 50€, neste momento voltou para trás e os documentos em relação àquilo que as pessoas apresentam já pode vir para 12€, ou quase nada ou nada.

Dizer ainda que, nalguns contratos de habitação, têm havido negociação para se recuperarem rendas, fazemos a negociação uma, duas, três, quatro, cinco vezes, porque as pessoas tentam pagar, mas depois não conseguem e depois fazemos outra vez a renegociação e temos vindo a recuperar algum dinheiro, mas não tem sido fácil. Não tem havido despejos por força disso, tem havido despejos por ocupações ilegais e recentes.

Manuel Fernandes (PS) – Apenas dizer que percebo porque razão é que existe um mal-estar no executivo quando se fala neste assunto das políticas de habitação, é por e simplesmente não saberem o que são políticas de habitação. Não têm políticas de habitação, não têm prioridade na habitação e por isso dizem o que todos acabaram de ouvir, ofendem e falam aquilo que não é verdade. Puro e simplesmente não é verdade e o senhor vereador que tem a responsabilidade deste pelouro afinal nem sequer está informado. Nem sequer está informado. Mas há uma coisa que o senhor vereador sabe, é que aquilo que disse não é verdade, sabe que existe um montante, um quadro financeiro aplicado nas políticas de habitação naquela que é a nova geração de políticas de habitação de 700 milhões de euros, distribuído até 2024, que só depende da Estratégias Locais de Habitação, coisa que o senhor ainda não fez.

Vossa excelência há dois anos que está à espera para fazer uma coisa que até é o Estado que paga. Que até é o Estado que paga, senhor vereador.

O senhor vereador sabe que tem direito a 120€ por cada hora até a um limite de 160 horas? Sabe quanto é que isso lhe dá? Dá 19.200€. Sabe quanto é que vossa excelência pagou à CORPLANO para lhe fazer a estratégia, 19.950€. O senhor vereador nem sequer sabe fazer a estratégia, vossa excelência tem que pagar, porque não tem sensibilidade para a política de habitação, não tem competência, não tem valências e vem para aqui com inverdades culpar o passado. Desse passado cujo o Partido Socialista tem muito orgulho, porque fez 1.200 casas ao abrigo do programa que vossa excelência falou e que não foi o Estado Central que pagou, foi a câmara que pagou e foi por isso que a câmara se endividou. Fez 1.200 fogos ao abrigo do PER.

Sabe quando é que começou a política de habitação aqui no nosso concelho? Começou com o SAAL – Serviço Ambulatório de Apoio Local no Governo do Mário Soares, cujo Ministro era o Costa Braz e o Secretário de Estado era o Nuno Portas. Esse Governo é que fez, mais as Associações de Moradores e, obviamente, as Cooperativas de Habitação fizeram o Bairro do Casal das Figueiras.

Vossa excelência não tem passado na política de habitação, o seu partido não tem passado na política de habitação, mas nós falamos porque temos passado, temos produto, temos coisas para apresentar. Vossa excelência não sabe o que está a dizer, não tem política de habitação, não tem competência e vem para aqui com inverdades ofender as pessoas.

Vitor Ferreira (PS) – A questão, para mim, é muito simples. O debate político é o que é, às vezes até há quem lhe chame jogos florais, mas quando se faz referência a documentos que podem revelar comportamentos que são desviantes, que ofendem aquilo que é o bom princípio, que indiciam aquilo que é corrupção ou algo desse género, eu, como deputado municipal e como líder de bancada do Partido Socialista, se for preciso vou ali ao carro buscar três documentos, o meu certificado de habilitações, o meu registo criminal e a minha declaração de IRS. Não vou dizer que tenho orgulho, porque ter orgulho é considerado um pecado para algumas pessoas, mas posso mostrá-lo e estou aqui precisamente porque o posso fazer e estou aqui na defesa daquilo que me parece ser o mais importante, o que é de todos. Por isso peço à Sra. Presidente que não guarde mais esses documentos, se os tem que os apresente e os apresente a quem de direito para que aqueles que terão feito o que diz que foi feito possam ser julgados e, se for o caso, condenados.

Não podemos é continuar a viver na casa da democracia, que é esta Assembleia Municipal com este tipo de insinuações, porque se vamos começar cada um a dizer o que lhe vem à mona, sem depois apresentar os documentos, isto deixa de ser a casa da democracia, passa a ser uma coisa que lá no meu bairro se diz, mas não vou dizer.

Já agora dizer que tenho muito orgulho nesta bancada, está ali pessoal muito mais novo do que eu, está pessoal muito mais capaz do que eu e que vai, naturalmente, a breve prazo poder continuar aquilo que são os destinos de Setúbal.

Ainda agora saudamos, através da saudação que fizemos, o Setubalense e Setúbal é um concelho com muito tempo, muito anos, com muito percurso bem feito e tenho que reconhecer que também a CDU soube ajudar a fazer esse percurso, não precisamos é de nos insultar, precisamos de ter algum decoro e saber estar em democracia.

Tenho um grande respeito pela Sra. Presidente, também pela obra que soube fazer e não admito que ela nos falte ao respeito como nos falta. Neste momento, a única forma de eu conseguir viver com essa falta de respeito é ela apresentar, a quem de direito, insisto, os documentos que disse que guardou e que tem lá e que vão denunciar aquilo que é preciso denunciar. Estarei na primeira linha do apoio a essa denúncia, porque de certeza, de certeza que não está lá ninguém desta bancada, nem da futura geração do Partido Socialista.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e duas horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e nove de julho, de dois mil e vinte.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de vinte e quatro de setembro, de dois mil e vinte, contém trinta e seis folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa

André Valente Martins

O Primeiro Secretário da Mesa

Eusébio Manuel Candeias

A Segunda Secretária da Mesa

Yolande Paule Juliette Cloetens

Elaborada e processada por: Helena Rosa e Vitor Marcos
Verificada por: Ana Paula Lico
Revista por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa